

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - FCHS
GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

MARIA CAROLINA DE ANDRADE OLIVEIRA

**MULHERES NEGRAS EM MOVIMENTO: entre raízes ancestrais e
afetos que fortalecem os Feminismos Negros em Franca (SP)**

FRANCA (SP)

2025

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - FCHS
GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

MARIA CAROLINA DE ANDRADE OLIVEIRA

**MULHERES NEGRAS EM MOVIMENTO: entre raízes ancestrais e
afetos que fortalecem os Feminismos Negros em Franca (SP)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita
Filho", Faculdade de Ciências Humanas e Sociais,
Franca (SP), para obtenção do título de Bacharel
em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dra. Rosicler Lemos da Silva

FRANCA (SP)

2025

O48m

Oliveira, Maria Carolina de Andrade

Mulheres Negras em Movimento : entre raízes ancestrais e afetos que fortalecem os feminismos negros em Franca (SP) / Maria Carolina de Andrade Oliveira. -- Franca, 2025

64 p.

Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado - Serviço Social) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca

Orientadora: Rosicler Lemos da Silva

1. Relações étnico-raciais. 2. Feminismo Negro. 3. Movimentos Sociais. 4. Serviço Social. 5. Franca (SP). I. Título.

MARIA CAROLINA DE ANDRADE OLIVEIRA

**MULHERES NEGRAS EM MOVIMENTO: entre raízes ancestrais e
afetos que fortalecem os Feminismos Negros em Franca (SP)**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao curso de Serviço Social, área de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Campus de Franca (SP), como pré-requisito para a obtenção do grau de Bacharel no curso de Serviço Social.

Data da defesa: 27/11/2025

Banca Examinadora:

Profª. Dra. Rosicler Lemos da Silva

UNESP - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Campus de Franca (SP)

Profª. Drª Fernanda de Oliveira Sarreta

UNESP - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Campus de Franca (SP)

Dra. Ayni Estevão de Araújo

UNESP - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Campus de Araraquara (SP)

AGRADECIMENTOS

Início meus agradecimentos com um poema de Solano Trindade (1961, p. 89):

Quando eu tiver bastante pão
para meus filhos
para minha amada
pros meus amigos
e pros meus vizinhos
quando eu tiver
livros para ler
então eu comprarei
uma gravata colorida.

A todos os meus pedidos de ajuda ao universo, aos meus ancestrais que me guiaram por esse caminho, e à toda a espiritualidade.

À minha família por me incentivar a estudar, saudar junto comigo todas as conquistas até aqui, e em especial às minhas duas madrinhas, Simone e Amanda, que foram as primeiras da nossa família que estiveram na universidade, e também viabilizaram para que eu pudesse estar.

À minha mãe Sônia e ao meu pai Eurípedes, que nunca me deixaram desamparada, e sempre repetiam que todo o esforço feito durante a graduação, valeria a pena no futuro, e que a necessidade de saída do trabalho seria temporária.

Aos meus avós, Maria e Olímpio, que trabalharam (e trabalham) até hoje debaixo de chuva e sol, para que eu pudesse realizar o sonho de ingressar permanecer nessa universidade.

Às minhas amigas, amigos e colegas de graduação, com que passei esses quatro últimos anos, e que estiveram por perto em momentos bons e ruins, mas fundamentais em meu processo de formação. Em especial à Manuella, Thalia, Adriele, Mariana e Euripa, parceiras oficiais de trabalhos acadêmicos e ouvintes profissionais dos meus desabafos sobre a vida ao longo desses anos. Ao Lucas e ao May por terem me ouvido falar (e reclamar) tanto, mesmo que tenhamos nos aproximado há tão pouco tempo.

À muitas e muitos outros colegas importantes no meu processo de formação, que mesmo não tendo me aproximado, sentirei muita falta.

À Rosicler e ao Alan, por terem chegado nesse espaço, ainda que no final da minha graduação, por serem profissionais e pessoas maravilhosas. Eles me mostraram uma potência que nem eu sabia que tinha.

Ao NUPE (Núcleo Negro da Unesp para Pesquisa e Extensão) de Franca (SP), por ter sido rede de acolhimento, espaço de troca, e um dos principais motivos de autorreconhecimento, e fortalecimento, e principalmente por, nesse ano, viabilizar a minha permanência na universidade.

Ao GT - Luana Barbosa por também ter sido um espaço de tamanho aprendizado neste ano, por também ter viabilizado minha permanência na universidade, por ter me ensinado tanto através das oficinas e me apresentado pessoas incríveis.

Às profissionais com as quais fiz estágio, principalmente no PPSA (Programa de Proteção Social Assistida) por me mostrarem com ética e carinho, como era o exercício profissional.

À minha ORientadora Rosicler, por todos os aprendizados, desde as aulas de ética, aos desabafos como supervisora acadêmica, à todos os incentivos, palavras de carinho, e por ter sido minha “fada madrinha” neste ano.

À República Bamba por terem feito com que eu me sentisse em casa nesses últimos dois anos de convivência (nem eu sabia que precisava tanto ter conhecido vocês), e à Lorena por tê-las me apresentado com tanto amor.

Às Jaques, Helenas, Dandaras, Marianas, Marias, Eduardas, Yadiras, Isabellas, Bárbaras, Tahinas, Sabrinas, Zuremas, Anas, Lauras, Lorenas, que se tornaram minhas irmãs e parceiras em diversos momentos, cada uma do seu jeitinho único.

À minha afilhada, Stella, por ter sido combustível no meio desse caminho com seu sorriso cativante, sua inteligência e seu jeitinho feliz.

E a uma pessoa especial, que acompanhou essa jornada desde o fim do ensino médio, me apoiou e me incentivou a seguir os meus sonhos, ingressar em uma universidade pública, e celebrou todas as conquistas que tive até aqui.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo compreender a atuação e a importância de Movimentos e Coletivos Feministas Negros na cidade de Franca (SP), bem como as mulheres negras que, de forma autônoma e comunitária constroem práticas e saberes através da intersecção entre etnia-raça, classe social e gênero. A partir de uma abordagem qualitativa e do método materialista histórico-dialético, a investigação se propõe a identificar lideranças, pautas, estratégias de resistência e desafios enfrentados por mulheres negras organizadas ou não dentro de Movimentos e Coletivos, analisando sua visibilidade social e sua relação com as políticas públicas. O estudo que dialoga com autoras como Angela Davis, Lélia Gonzalez, bell hooks e Conceição Evaristo, parte do reconhecimento da invisibilização histórica dessas iniciativas, especialmente em cidades do interior. Além da revisão bibliográfica, realizou-se a pesquisa de campo, que ao reunir depoimentos, experiências e saberes de mulheres negras francanas, buscou contribuir para a valorização das escrituras, para o fortalecimento político dos Movimentos e Coletivos e para a construção de um conhecimento ético, situado e transformador, alinhado aos princípios fundamentais do Projeto Profissional do Serviço Social. No decorrer do estudo, inferiu-se que os Movimentos e Coletivos atuam de maneira fluida, respondendo às demandas que surgem de diferentes formas, tanto em apoio às mulheres que integram o próprio coletivo e necessitam de alguma intervenção, quanto à aquelas da comunidade. Essas mulheres, organizadas formalmente ou não, explicitam uma forte agência política, constroem estratégias e se constituem como redes de apoio. Muitas dessas ações não recebem o devido reconhecimento social; ainda assim, elas seguem lutando por si e por suas pares, movidas não pela busca de visibilidade, mas pelo compromisso ético-político de fortalecerem suas próprias trajetórias coletivas.

Palavras-chave: Relações étnico-raciais; Feminismo Negro; Movimentos Sociais; Serviço Social; Franca(SP).

ABSTRACT

This study aims to understand the role and importance of Black Feminist Movements and Collectives in the city of Franca (SP), as well as the Black women who, autonomously and communally, construct practices and knowledge through the intersection of ethnicity-race, social class, and gender. Using a qualitative approach and the historical-dialectical materialist method, the research proposes to identify leadership, agendas, resistance strategies, and challenges faced by Black women, whether organized within Movements and Collectives or not, analyzing their social visibility and their relationship with public policies. The study, which engages with authors such as Angela Davis, Lélia Gonzalez, bell hooks, and Conceição Evaristo, begins with the recognition of the historical invisibility of these initiatives, especially in inland cities. In addition to the literature review, field research was conducted, which, by gathering testimonies, experiences, and knowledge from Black women in Franca, sought to contribute to the valorization of lived experiences, the political strengthening of Movements and Collectives, and the construction of ethical, situated, and transformative knowledge, aligned with the fundamental principles of the Professional Project of Social Work. Throughout the work, it became clear that the Movements and Collectives operate fluidly, responding to demands that arise in different ways, both in support of women who are part of the collective and need some intervention, and of women in the community. These women, whether formally organized or not, demonstrate strong political agency, build strategies, and constitute themselves as support networks. Many of these actions do not receive due social recognition; even so, they continue fighting for themselves and their peers, driven not by the pursuit of visibility, but by the ethical commitment to strengthening their own collective trajectories.

Keywords: Ethnic-racial relations; Black Feminism; Social Movements; Social Work; Franca (SP).

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 MOVIMENTOS FEMINISTAS NEGROS NOS ESTADOS UNIDOS E NO BRASIL: AS PRIMEIRAS FEMINISTAS NEGRAS.	15
1.1 FEMINISMOS NEGROS NA DIÁSPORA: DA TEORIA A PRÁTICA	16
1.2 FEMINISMOS NEGROS NO BRASIL: ANCESTRALIDADE E MOVIMENTO.....	17
1.3 FEMINISMOS NEGROS EM FRANCA (SP): PRÁTICAS E REEXISTÊNCIAS.....	20
2 MULHERES NEGRAS EM MOVIMENTO: SABERES ANCESTRAIS QUE SUSTENTAM A COMUNIDADE.....	23
2.1 IDENTIFICAÇÃO DAS PARTICIPANTES DAS ENTREVISTAS.....	23
2.2 CATEGORIAS DE ANÁLISE DAS NARRATIVAS.....	24
2.3 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS.....	27
2.4 ANALISANDO AS ENTREVISTAS PELO OLHAR DO SERVIÇO SOCIAL.....	45
2.5 IDENTIFICANDO MULHERES, MOVIMENTOS E COLETIVOS A PARTIR DO <i>GOOGLE FORMS</i>	49
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	52
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	55
APÊNDICE A - ROTEIRO SEMIESTRUTURADO.....	58
APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO <i>GOOGLE FORMS</i>.....	60
ANEXO I - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP.....	61
ANEXO II - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE).....	64

INTRODUÇÃO

A escolha por investigar os Movimentos e Coletivos¹ Feministas Negros na cidade de Franca (SP) surge da importância de fomentar a visibilidade das lutas e trajetórias das mulheres negras organizadas (ou não) nesses grupos da cidade e se ancora em uma necessidade ética, política e epistêmica de reconhecer e valorizar as formas de organização política e social protagonizadas por essas mulheres, sobretudo em cidades do interior, onde suas vozes são historicamente silenciadas.

A ausência de estudos que tratem dessas experiências e atuações no contexto local reforça o apagamento institucional e acadêmico dessas narrativas, bem como evidencia a urgência de se produzir conhecimento comprometido com os Movimentos e sujeitos historicamente marginalizados.

As mulheres negras, ao se organizarem em Coletivos, Movimentos, ou até defendendo pautas sociais “individualmente”², expressam práticas de resistência que atravessam o cotidiano, o cuidado, o corpo, os saberes e as palavras. São formas de ação que desafiam os racismos, os sexismos e as desigualdades sociais, a partir de uma perspectiva interseccional, que compreende suas existências como múltiplas, complexas e atravessadas por diversas formas de exclusão, além de propor alternativas políticas e sociais que promovam a justiça e equidade.

Assim, os Movimentos Feministas Negros não apenas denunciam essas violências, como também criam estratégias de re-existência e cuidado, mobilizando afetos, saberes e políticas desde as margens dos territórios. Eles também permitem uma crítica consistente ao feminismo branco, que não abarca a complexidade das opressões enfrentadas pelas mulheres negras, além de contribuir para o fortalecimento de práticas e estratégias de resistência.

Nesse sentido, os Movimentos Feministas Negros ampliam o debate sobre o

¹ Opta-se por grafar “Movimentos” e “Coletivos” com inicial maiúscula ao longo deste trabalho em reconhecimento à sua relevância política, histórica e simbólica. Essa escolha busca marcar o respeito e a potência dessas organizações, compreendendo-as não apenas como agrupamentos sociais, mas como espaços de reexistência, produção de saberes e construção de subjetividades negras e feministas.

² O termo “individualmente” aparece entre aspas para expressar um distanciamento crítico em relação à noção de individualidade. Parte-se da compreensão de que nenhuma ação ou trajetória se constrói de forma isolada, mas em diálogo constante com as comunidades, com as redes de afeto e solidariedade e com as ancestralidades que sustentam nossas existências. Assim, as aspas marcam o reconhecimento de que, mesmo quando uma mulher negra atua de modo aparentemente autônomo, sua prática está atravessada por relações comunitárias e pela força coletiva que emerge dos territórios, dos bairros e das experiências partilhadas.

combate às desigualdades estruturais ao considerar as diferentes formas de exclusão e violências que acometem as mulheres negras, indo além da busca por representatividade. Sua atuação tem impacto direto na formulação de políticas públicas e na luta por direitos que considerem as demandas históricas e sociais dessa população, reafirmando sua centralidade nas lutas por reparação e justiça social.

Estruturalmente, as discriminações em relação às mulheres negras se demonstram de diversas formas, como por meio de violências físicas, psicológicas, domésticas, institucionais, feminicídios, precarização do trabalho, triplas ou quádruplas jornadas de trabalho, dificuldades de acesso à empregos ou à escolarização, principalmente quando se têm filhas(os), salários menores do que os dos homens e das mulheres brancas, ainda que se tenham os mesmos cargos. Os racismos, sexismos e machismos se expressam de formas múltiplas.

Investigar essas experiências é também reconhecer a potência política da oralidade, das escrevivências (Evaristo, 2014) e da memória como fundamentos legítimos da produção de conhecimento. Neste sentido, a presente pesquisa se insere no campo da pesquisa social comprometida com a transformação da realidade, não apenas como exercício acadêmico, mas como gesto de escuta e compromisso com as mulheres negras que constroem com coragem, sabedoria, força e ancestralidade, alternativas possíveis de mundo a partir do território francano.

A partir de uma abordagem qualitativa e do método materialista histórico-dialético, a investigação se propõe a identificar lideranças, pautas, estratégias de resistência e desafios enfrentados por mulheres negras organizadas ou não dentro de Movimentos e Coletivos, analisando sua visibilidade social e sua relação com as políticas públicas. O estudo que dialoga com autoras como Angela Davis, Audre Lorde, bell hooks, Carla Akotirene, Conceição Evaristo, Lélia Gonzalez, Patrícia Hill Collins e Sueli Carneiro, parte do reconhecimento da invisibilização histórica dessas iniciativas. Além da revisão bibliográfica, realizou-se a pesquisa de campo, que ao reunir depoimentos, experiências e saberes de mulheres negras francanas que integram Coletivos e Movimentos feministas negros do município ou se movimentam a favor dessa pauta. A pesquisa buscou contribuir para a valorização das escrevivências, para o fortalecimento político dos Movimentos e Coletivos e para a construção de um conhecimento ético, situado e transformador, alinhado aos princípios fundamentais do Projeto Profissional do Serviço Social.

Foram entrevistadas quatro mulheres, e as entrevistas foram conduzidas com base em um roteiro semi-estruturado elaborado a partir dos objetivos e hipóteses do

projeto de pesquisa. Elas ocorreram em uma única sessão e foram gravadas. As participantes tiveram acesso ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que foi lido e assinado previamente, e todas as dúvidas referentes ao estudo foram esclarecidas. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa, sob o Parecer nº 7.802.026.

A autora desta pesquisa também solicitou que as participantes escolhessem seus codinomes, como forma de garantir a ética, o sigilo e o respeito à sua identidade e privacidade. As entrevistas foram transcritas na íntegra, preservando as formas de expressão e fala de cada mulher. Os dados obtidos foram analisados a partir de categorias como: gênero, classe social, etnia-raça, organização política, resistências, protagonismos, invisibilizações, ensurdecimentos e organização comunitária.

Além das entrevistas semi-estruturadas, foi criado um formulário por meio do *Google Forms*, que foi enviado através do *WhatsApp* a grupos de Movimentos e Coletivos negros e diretamente a integrantes desses espaços. O objetivo do formulário foi identificar os Movimentos e Coletivos de mulheres negras atuantes na cidade de Franca (SP), assim como mulheres negras que exercem liderança em comunidades e grupos locais, além de realizar um levantamento dessas organizações e de protagonistas, tanto para conhecimento nesta pesquisa, quanto em futuras. O formulário ficou disponível para respostas durante todo o mês de outubro de 2025, obtendo oito respostas.

A devolutiva dos resultados da pesquisa será realizada em uma roda de conversa com os Coletivos e Movimentos feministas negros envolvidos. Também estão previstas possíveis apresentações em eventos científicos, publicações em periódicos e a socialização do documento final, após sua conclusão e aprovação.

Por fim, além de ter sido o tema de estudo no componente curricular já mencionado, Franca (SP) também é a cidade natal da pesquisadora, que além de uma mulher negra, faz parte da classe trabalhadora, o que fortalece seu vínculo afetivo e político com o território e com as pautas apresentadas, despertando o interesse em investigar as formas de organização e resistência das mulheres negras que atuam nos Movimentos e Coletivos locais.

Assim, este trabalho tem como objetivo geral compreender a atuação e a importância dos Movimentos e Coletivos Feministas Negros na cidade de Franca (SP), bem como das mulheres negras que, de forma autônoma e comunitária, constroem práticas e saberes a partir da intersecção entre etnia-raça, classe e gênero. Para

alcançar esse objetivo, busca-se identificar Coletivos, organizações, lideranças, Movimentos e mulheres negras que se articulam de modo autônomo nos feminismos negros em Franca (SP), evidenciando suas trajetórias, práticas e formas de mobilização; refletir sobre a visibilidade e o reconhecimento social dessas atuações, tanto coletivas quanto individuais, considerando os desafios enfrentados para sua consolidação e para a promoção da equidade étnico-racial, de gênero e de classe; e analisar como as ações desenvolvidas por esses Movimentos, Coletivos e mulheres negras contribuem para a transformação social e o fortalecimento comunitário na cidade.

Para tanto, este estudo está organizado em três capítulos, além desta introdução e das considerações finais. No primeiro, apresenta-se o percurso histórico e político dos feminismos negros no Brasil, destacando as primeiras feministas negras, seus enfrentamentos e suas contribuições teóricas, políticas e comunitárias. A partir disso, discute-se os feminismos negros nos Estados Unidos, situando a emergência de autoras fundamentais e suas práticas de resistência, e aproxima-se essas formulações das experiências brasileiras, evidenciando ancestralidade, movimento e continuidade histórica. Por fim, aprofunda-se as práticas e reexistências das mulheres negras em Franca (SP), localizando como esses feminismos se territorializam no interior paulista.

O segundo capítulo, discute o Serviço Social como campo de luta e enfrentamento das desigualdades estruturais, relacionando sua dimensão ético-política com as pautas antirracistas e feministas negras. Nele, é apresentada a caracterização das participantes das entrevistas, descrito o caminho metodológico percorrido e explicado as categorias utilizadas para analisar as narrativas, que orientam a compreensão dos atravessamentos de etnia-raça, gênero e classe social na vida das mulheres negras entrevistadas. Encerrando esse capítulo, desenvolve-se a análise das entrevistas, trazendo as falas, vivências, dores, desafios, potências e resistências expressas por cada uma delas.

O terceiro capítulo apresenta o levantamento realizado por meio do *Google Forms*, cujo objetivo foi identificar mulheres, Movimentos e Coletivos atuantes na cidade de Franca (SP). A partir desse material, analisa-se como essas organizações e mulheres negras se articulam, quais práticas desenvolvem, quais dificuldades enfrentam e como constroem estratégias de resistência, fortalecimento comunitário e *quilombamento* na cidade, colocando em evidência ações que, apesar de muitas vezes invisibilizadas institucionalmente, movimentam territórios, redes, afetos e políticas locais.

Ao final, nas considerações finais, retoma-se os principais achados da pesquisa, discutindo a importância dos feminismos negros para compreender as formas de organização, mobilização e resistência das mulheres negras francanas, bem como a relevância desses Movimentos para a construção de práticas sociais mais justas, comunitárias e antirracistas.

1 MOVIMENTOS FEMINISTAS NEGROS NOS ESTADOS UNIDOS E NO BRASIL: AS PRIMEIRAS FEMINISTAS NEGRAS

Segundo Luciana Araújo (2025), as mulheres escravizadas podem ser consideradas as primeiras feministas negras da história da humanidade. Essa afirmação nos convida a compreender o feminismo³ negro como um movimento que nasce da experiência ancestral de resistência das mulheres negras, muito antes de ser teorizado ou institucionalizado.

Assim, o conceito de feminismo abrange na visão da autora desta pesquisa, mulheres que se organizam, seja coletivamente ou nas “individualidades” em suas vivências cotidianas, tanto no enfrentamento às violências, aos machismos, às diferentes formas de opressão direcionadas a esses corpos femininos, quanto na luta pela equidade e justiça. Logo, a luta pelo feminismo, pode ser considerada uma luta de toda a sociedade, como afirmado por Audre Lorde (2020, p. 130) “eu não sou livre enquanto alguma mulher não o for, mesmo quando as correntes dela são muito diferentes das minhas”.

Ainda, sobre as mulheres escravizadas, é importante ressaltar que, mesmo submetidas a torturas, desumanizações e violências, inclusive sexuais, perpetradas por homens brancos e até mesmo por homens negros, construíram formas de resistência e cuidado coletivo. Elas se akilombavam⁴, criavam redes de solidariedade, preservavam saberes e práticas espirituais, e transmitiam a suas descendentes um legado de luta, dignidade e liberdade. Assim, o feminismo negro emerge como prática viva, forjada na experiência histórica dessas mulheres que, mesmo em meio à barbárie, encontraram caminhos para existir e resistir juntas.

Lélia Gonzalez (1988, p.134) afirma que a mulher negra, mesmo em meio às violências da escravização e opressão patriarcal, forjou caminhos de emancipação coletiva, articulando cultura, política e ancestralidade. Essas foram formas de resistência que essas mulheres encontraram de “Akilombamento”. bell hooks (1984) destaca que a resistência cotidiana das mulheres negras também constitui uma forma de feminismo, pois engloba a luta contra múltiplas opressões e a construção de comunidades de apoio.

³CONSIDERA-SE que o conceito de “Feminismo” é um conceito eurocêntrico e ocidental, que precisou ser criado para denominar essas lutas, mas pode distanciar as mulheres que muitas vezes praticam as mesmas formas de re-existências e não se vêem nesse lugar.

⁴ Segundo Munanga (1996), Kilombo é uma palavra originária dos povos de línguas bantu, aportuguesado para quilombo, logo, a palavra aquilombamento vêm desse conceito. Durante este trabalho a palavra kilombo e seus derivados serão grafadas com a letra k devido sua versão original, sendo também seu uso, um movimento político em crítica ao “aportuguesamento” e “embranquecimento” das palavras.

Destaca-se que, mesmo não se vendo nesse lugar de “feministas”, as mulheres negras lutam pelos direitos das suas irmãs e companheiras, de maneiras consideradas simples como, ficar com uma filha ou filho para que as irmãs possam trabalhar, ou ir à um compromisso, uma entrevista de emprego, entre outras formas. Angela Davis (1981) complementa que essas ações, embora muitas vezes invisibilizadas, são fundamentais para compreender a história do feminismo negro como prática política ativa e insurgente. Essas redes entre mulheres negras são fundamentais para as vivências, como será destacado no próximo capítulo a partir das narrativas das participantes desta pesquisa.

Nas senzalas, nas roças, nos quilombos, nos bairros, nas cidades, nas periferias, nas comunidades, nas ruas e nas vizinhanças, mulheres negras organizaram e organizam redes de solidariedade, preservaram e preservam saberes e memórias ancestrais e criaram e criam espaços de proteção e cuidado. Antes mesmo de existir o termo “feminismo”, elas já praticavam autonomia, resistência, irmandade, e companheirismo, abrindo caminhos para Movimentos que hoje chamamos de feminismos negros.

1.1 FEMINISMOS NEGROS NA DIÁSPORA: DA TEORIA A PRÁTICA

De acordo com Raul, (2016), o feminismo negro, enquanto movimento internacional, consolidou-se a partir das lutas de mulheres da diáspora africana, especialmente nos Estados Unidos e no Caribe, que se insurgiram contra a invisibilização e a subordinação impostas tanto pelos racismos quanto pelos sexismos. No século XIX, Sojourner Truth, em seu discurso “*Ain’t I a Woman?*” - “E eu não sou uma mulher?” (1851), denunciou a exclusão das mulheres negras do feminismo branco e questionou os limites de um discurso universalista que não reconhecia as experiências das mulheres negras. Sua fala inaugurou uma crítica que atravessou séculos, apontando para a necessidade de compreender as múltiplas dimensões da opressão.

Durante o século XX, intelectuais e ativistas negras principalmente norte-americanas, aprofundaram essa reflexão, como por exemplo, Audre Lorde (1984, p. 115) ao destacar que as diferenças entre as mulheres não deveriam ser negadas, mas reconhecidas como fonte de força e transformação. De modo convergente, Patricia Hill Collins (2000, p.290) sistematizou o conceito de “matriz de dominação”, mostrando como os sistemas de opressão raça, gênero, classe e sexualidade interagem e moldam tanto a marginalização quanto às possibilidades de resistência.

O *Combahee River Collective* (1977), coletivo formado por mulheres negras lésbicas nos Estados Unidos, apresentou uma das formulações políticas mais importantes do feminismo negro contemporâneo. Em seu manifesto, as integrantes afirmavam que a libertação das mulheres negras implicava a libertação de todas as pessoas, uma vez que suas vidas estavam situadas na confluência das principais formas de opressão. Essa compreensão interseccional transformou radicalmente o pensamento e a prática feminista.

No mesmo horizonte de análise, Claudia Jones (2017, p.1003) articulou o feminismo negro ao marxismo, defendendo que a luta das mulheres negras está intrinsecamente ligada ao combate aos racismos e ao capitalismo. Para Jones, a superexploração das mulheres negras tanto no trabalho, quanto na vida doméstica, constitui o eixo de sustentação de todo o sistema de opressão. Essas epistemologias insurgentes revelam que o feminismo negro é, desde sua origem, uma prática política de resistência e de reconstrução do mundo a partir das margens sociais, baseada na solidariedade⁵, na ancestralidade e na coletividade das mulheres negras em diáspora.

1.2. FEMINISMOS NEGROS NO BRASIL: ANCESTRALIDADE E MOVIMENTO

No Brasil, a luta das mulheres negras precede a abolição formal da escravatura. Dandara dos Palmares⁶, que foi uma importante líder quilombola no Brasil colonial, reconhecida por sua atuação no Quilombo dos Palmares e na Serra da Barriga (atual Alagoas), casada com Zumbi dos Palmares, destacou-se na defesa e na organização da comunidade, tornando-se símbolo da resistência negra. Habilidosa na capoeira e no uso de armas, Dandara foi estratégica nas lutas contra a escravização. Em 1678, ao lado de Zumbi, rejeitou o acordo de Ganga-Zumba com a Coroa Portuguesa, que comprometia a liberdade dos Kilombolas. Capturada em 1694, preferiu tirar a própria vida a voltar à escravidão. Seu legado inspira a luta pela liberdade e pela dignidade do povo negro.

Tereza de Benguela⁷, líder quilombola do século XVIII, conhecida por comandar o Quilombo de Quariterê, no atual Mato Grosso. Após a morte de seu marido, José Piolho, assumiu a liderança e manteve o quilombo resistente por cerca de 20 anos. Sob seu comando, a comunidade se organizou politicamente e economicamente,

⁵ Compreende-se solidariedade como “[...] a união entre sujeitas(os) que partilham as mesmas experiências, construindo possibilidades de superação da exploração comum para estas(es), havendo união pela igualdade de interesses” (Silva et al., 2024, p.10), ou seja, o contrário da concepção de solidariedade como benevolência.

⁶ Biografia disponível em: <https://sites.usp.br/pet/ocupa/corponegro1/>. Acesso em: 8 nov. 2025.

⁷ Biografia disponível em: <https://sites.usp.br/pet/ocupa/corponegro9/>. Acesso em 08 nov. 2025.

garantindo sustento e autonomia aos quilombolas. Capturada em 1770, Tereza se tornou símbolo de coragem e resistência contra a escravidão. Seu legado é celebrado no Dia Nacional de Tereza de Benguela, em 25 de julho, reafirmando sua importância na luta pela liberdade e pelos direitos do povo negro e indígena.

Luísa Mahin⁸, foi uma importante líder da resistência negra no Brasil, associada à Revolta dos Malês, de 1835, na Bahia. Da nação nagô-Jeje, manteve vivas as tradições africanas e recusou o batismo cristão. Sua casa serviu como ponto de articulação de levantes e ela atuou como mensageira, enviando bilhetes em árabe entre suas quitandas. Após a repressão ao movimento, fugiu para o Rio de Janeiro, onde continuou na luta e acabou presa, possivelmente deportada para a África. Mãe do abolicionista Luiz Gama, teve sua história resgatada por ele e reconhecida pelo movimento feminista negro nos anos 1980. Em 2019, foi inscrita no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria e segue como símbolo de resistência, liberdade e ancestralidade negra no Brasil.

Essas protagonistas são exemplos de resistência ativa, criando territórios de autonomia e proteção comunitária. Sueli Carneiro (2003, p. 49) aponta que o feminismo negro brasileiro surge da necessidade de enfrentar a dupla invisibilidade: as mulheres dentro do movimento negro e as mulheres negras dentro do movimento feminista.

Lélia Gonzalez (1988, p. 314) enfatiza que a ancestralidade e os saberes coletivos são fundamentais para a constituição do feminismo negro brasileiro. Djamila Ribeiro (2017, s.p.) reforça que o lugar de fala das mulheres negras é político e ético, conectando passado e presente. Carla Akotirene (2019, p. 19) dialoga com a interseccionalidade aplicada ao contexto brasileiro, evidenciando como classe, gênero e etnia-raça estruturam desigualdades específicas que atravessam territórios e comunidades.

Nos anos 1980 e 1990, Coletivos como o Nzinga, Coletivo de Mulheres Negras, Geledés, Instituto da Mulher Negra e o Criola consolidaram o feminismo negro enquanto movimento organizado, pautando a intersecção entre raça, gênero e classe e reivindicando políticas públicas voltadas à equidade racial e de gênero.

O Coletivo N'zinga têm 38 anos e está ativo até os dias de hoje, tem como objetivo combater os racismos e sexismos, promovendo a inclusão sociopolítica e o fortalecimento das mulheres negras em suas comunidades. Suas ações se baseiam no enfrentamento das discriminações institucionais, religiosas, ambientais e educacionais, por meio de formações, seminários e articulações em rede. De acordo com Benilda Brito (2022, s.p.), o Coletivo surgiu porque as fundadoras perceberam que “eram pretas

⁸ Biografia disponível em: <https://memoriafeminista.com.br/luisa-mahin-sec-xix/>. Acesso em 08 nov. 2025.

demais para estarem só no movimento feminista, e mulheres demais para estarem só no movimento misto negro”. Ainda em sua fala, Benilda (2022, s.p.) diz que “o fato de serem mulheres e de serem negras, as colocavam em uma especificidade que as obrigava a ter uma organização política única, homogênea, que fosse uma organização de mulheres negras”⁹.

Já o Geledés, O Instituto da Mulher Negra, fundado em 30 de abril de 1988, em São Paulo, é uma organização política de mulheres negras voltada à luta contra os racismos e sexismos, à valorização da mulher negra e à promoção da igualdade racial. Inspirado na tradição yorubá de *Geledé*, que simboliza o poder feminino e o bem-estar comunitário, o instituto atualiza esses valores para o contexto contemporâneo, fortalecendo o protagonismo das mulheres negras na sociedade brasileira. Ao longo de sua trajetória, o Geledés tem se destacado por suas ações políticas, educacionais e sociais, denunciando as desigualdades raciais e de gênero, participando da formulação de políticas públicas e atuando em parceria com Movimentos Sociais e instituições nacionais e internacionais. A organização permanece ativa e influente, com projetos voltados a direitos humanos, educação, comunicação, saúde e profissionalização¹⁰.

O Criola, organização de mulheres negras, fundada no Rio de Janeiro em 1992, completou 33 anos de fundação em 2025. Desde sua criação, dedica-se ao enfrentamento do racismo patriarcal e cisheteronormativo, defendendo os direitos de meninas e mulheres negras, cis e trans. O coletivo tem como missão instrumentalizar mulheres negras para a luta contra os racismos, o sexismo, a lesbofobia e a transfobia, fortalecendo sua atuação em espaços públicos e na defesa da democracia e do bem viver. Ao longo de três décadas, o Criola tem sido um importante agente de transformação social, construindo políticas e redes de solidariedade que afirmam a presença e a contribuição das mulheres negras como essenciais à justiça, à equidade e à humanidade¹¹.

Já na contemporaneidade, além desses Coletivos e Organizações, podemos destacar por exemplo um evento importante que aconteceu no dia 25 de novembro de

⁹ Informações disponíveis em: <https://www.fundobrasil.org.br/projeto/nzinga-coletivo-de-mulheres-negras/> e <https://www.youtube.com/watch?v=wwwvfeDox7o>. Acesso em 08 nov. 2025.

¹⁰ Disponível em: https://www.geledes.org.br/o-que-e-o-geledes-instituto-da-mulher-negra/?gad_source=1&gad_campaignid=1495757196&gbraid=0AAAAADnS6iDo7k0_SNKVZzBMfsIj0wScN&gclid=CjwKCAiA8bvlBhBJEiwAu5aYrGDMoQ1jhA2ennQ_uKFr_wKTIAe4oz6BtfXgtcNFLmZHBYYJuMPCK_BoCdegQAvD_BwE. Acesso em 08 nov. 2025.

¹¹ Disponível em: https://www.geledes.org.br/o-que-e-o-geledes-instituto-da-mulher-negra/?gad_source=1&gad_campaignid=1495757196&gbraid=0AAAAADnS6iDo7k0_SNKVZzBMfsIj0wScN&gclid=CjwKCAiA8bvlBhBJEiwAu5aYrGDMoQ1jhA2ennQ_uKFr_wKTIAe4oz6BtfXgtcNFLmZHBYYJuMPCK_BoCdegQAvD_BwE. Acesso em 08 nov. 2025.

2025, em Brasília (DF) que é “A Marcha das Mulheres Negras”, consistindo na segunda marcha nacional das mulheres negras, com caráter internacional. Essa mobilização dá continuidade ao marco histórico da Marcha de 2015, quando mais de 100 mil mulheres negras marcharam em Brasília contra os racismos, a violência e em defesa do bem viver. Quase uma década depois, o movimento reafirma o legado das ancestrais e projeta um futuro baseado na reparação, na justiça e na coletividade. Articulada em todos os 27 estados do Brasil, a Marcha de 2025 contou com Comitês Impulsores Estaduais, municipais e regionais, compostos por mulheres negras quilombolas, ribeirinhas, periféricas, acadêmicas, artistas, trabalhadoras e lideranças comunitárias. Juntas, fortalecem o protagonismo das mulheres negras e constroem um movimento plural e ancestral que reivindica o direito à vida, à dignidade e ao bem viver.¹²

1.3 FEMINISMOS NEGROS EM FRANCA (SP): PRÁTICAS E REEXISTÊNCIAS

A cidade de Franca (SP), localizada no nordeste do estado de São Paulo, tem sua história marcada por profundas contradições entre a modernização urbana e o silenciamento das presenças negras que a constituem desde o período colonial. Mulheres negras foram e seguem sendo pilares fundamentais na sustentação social e econômica da cidade, atuando principalmente na confecção de calçados, já que além de ser a capital do basquete e do café, é também do calçado.

Essas mulheres também atuam como: trabalhadoras domésticas em suas casas e na de outras pessoas; catadoras de material reciclável; em profissões de cuidado com crianças, idosos(as), pessoas com deficiência e na religiosidade popular como benzedadeiras, por exemplo. Essas práticas, frequentemente invisibilizadas pelas narrativas hegemônicas, configuram o que Lélia Gonzalez (1988, p.78) nomeia como “formas de resistência cultural”, expressões do amefricanismo, em que corpo, memória e afeto se tornam espaços de reexistência frente à colonialidade.

Em Franca (SP), essas mulheres criaram e mantêm redes de solidariedade e cuidado que atravessam o tempo. A cada gesto de partilha nos terreiros, nas cozinhas, nos bairros, salas de aula e nas ruas perpetuam saberes ancestrais que sustentam a comunidade negra local. Como aponta bell hooks (2019, p. 47), “a resistência das mulheres negras começa no cotidiano, nas práticas que garantem sobrevivência, amor e dignidade”. É nesse cotidiano, permeado por dores históricas, mas também por alegria, fé e ancestralidade, que os feminismos negros francanos se afirmam.

¹² Disponível em: <https://marchadasmulheresnegras.com.br/>. Acesso em 08 nov. 2025.

As experiências locais se conectam à trajetória de protagonistas negras e negros de Franca (SP), cuja atuação ampliou os horizontes da arte, da cultura, da literatura, da ciência, da educação e da política brasileira. Nomes importantíssimos para a história dos Movimentos negros podem ser citados, como sendo de pessoas que já moraram na cidade, ou mesmo nasceram nela.

Carolina Maria de Jesus¹³, nascida em mil novecentos e quatorze, na cidade de Sacramento (MG), e falecida em mil novecentos e setenta e sete, foi uma das mais importantes escritoras brasileiras do século XX. Expressou nas páginas de “Quarto de despejo” (1960), a dureza da pobreza e dos racismos, mas também a potência da palavra como lugar de dignidade e existência. Carolina transforma sua experiência em denúncia e afirmação, tornando-se símbolo do que Conceição Evaristo (2007, p.20) denominou como *escrevivência*: a escrita como ato político de quem “escreve a própria vida para não morrer em silêncio”. Sua escrita, como forma de relato e denúncia, é fundamental para pensarmos as realidades das periferias brasileiras. Embora tenha nascido em Sacramento (MG), Carolina viveu por sete anos na cidade de Franca (SP), antes de se mudar para São Paulo, onde produziu a obra que a consagrou.

Maria de Lourdes Vale Nascimento¹⁴, nasceu em dois de setembro de mil novecentos e vinte e quatro, na cidade de Franca (SP) e faleceu em mil novecentos e noventa e oito. Foi uma das primeiras intelectuais e ativistas negras do pós-abolição, destacando-se por sua atuação política e cultural. Formada em Serviço Social e Ciências Contábeis, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde foi uma das fundadoras do Teatro Experimental do Negro (TEN), ao lado de Abdias Nascimento, e colunista do jornal Quilombo, com a coluna “Fala a Mulher”. Também idealizou o Conselho Nacional de Mulheres Negras, em mil novecentos e cinquenta, fortalecendo a luta pela emancipação, educação e valorização da mulher negra. Sua trajetória, analisada por Giovana Xavier (2020), reafirma o protagonismo das mulheres negras na formação intelectual e política do Brasil republicano.

Essas vozes femininas ecoam e se entrelaçam à de Carlos de Assumpção¹⁵ nascido em vinte e três de maio de mil novecentos e vinte e sete, em Tietê (SP). Um dos decanos da literatura afro-brasileira, reside em Franca (SP), onde atuou como advogado, professor e sendo uma importante referência cultural. Sua poesia é marcada pela insurgência, pela denúncia dos racismos e pela afirmação da

¹³ Biografia disponível em: <https://carolinamariadejesus.ims.com.br/>. Acesso em 08 nov. 2025.

¹⁴ XAVIER, Giovana. Maria de Lourdes Vale do Nascimento: uma intelectual negra do pós Abolição. Niterói: Eduff, 2020. Disponível em: <https://www.eduff.com.br/produto/maria-de-lourdesvale-nascimento-uma-intelectual-negra-do-pos-abolica-o-e-book-pdf-474>. Acesso em 08 nov. 2025.

¹⁵ Biografia disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/autores/180-carlos-de-assumpcao>. Acesso em 08 nov. 2025.

voz negra, dialogando profundamente com as práticas de resistência das mulheres negras contemporâneas. Autor de livros como *Protesto: poemas* (1982), *Quilombo* (2000) e *Não Pararei de Gritar* (2020), Assumpção constrói em sua obra um elo entre a ancestralidade africana e as expressões modernas da consciência negra, sendo considerado um precursor do *rap* e do *slam* no Brasil. Seu poema “Protesto” tornou-se símbolo da luta antirracista e é recitado até hoje como um canto de resistência e dignidade.

Outro nome fundamental é o de Abdias do Nascimento¹⁶, francano nascido em 1914, referência no pensamento negro brasileiro e símbolo da resistência intelectual e política contra os racismos. Fundador do Teatro Experimental do Negro (TEN) em 1944, Abdias dedicou sua vida à valorização da cultura afro-brasileira e à defesa de políticas de reparação histórica. Em suas obras, defendeu o quilombismo como “uma proposta de reconstrução da sociedade a partir dos valores civilizatórios africanos e afro-brasileiros” (Nascimento, 1980, p. 133), conceito que inspira formas contemporâneas de organização social e política baseadas na solidariedade e na autonomia. Seu pensamento reverbera nas práticas feministas negras francanas, que também se estruturam em torno da coletividade, da autonomia e do cuidado enquanto princípios ético-políticos. Assim como Abdias propôs o Kilombo como metáfora e prática de liberdade, as mulheres negras de Franca (SP) transformam suas vivências em ações concretas de resistência, educação e continuidade viva de seus legados.

Assim, as práticas e reexistências dos feminismos negros em Franca (SP) reafirmam que as lutas locais dialogam com os Movimentos globais, mas preservam as especificidades do território e de sua história afro-brasileira. Entre memória e futuro, resistência e cuidado, essas mulheres tecem caminhos de liberdade, atualizando no presente o legado de Carolina, Maria de Lourdes, Carlos de Assumpção e Abdias. Franca (SP), é portanto, mais do que cenário: é território de ancestralidade viva, onde o feminismo negro se faz prática cotidiana, política e afetiva.

¹⁶ Biografia disponível em:

https://almapreta.com.br/sessao/cotidiano/referencia-na-luta-dos-direitos-da-populacao-negra-abdias-nascimento-faria-110-anos/?gad_source=1&gad_campaignid=22546923003&gbraid=0AAAAAqda5pxl4dWEsJOW2LeWhyuBtt9ll&qclid=CjwKCAiA8bvIBhBJEiwAu5ayrD5cS0h0qGzRoEZFUY_J_PnRUheiUzINrBztRN_zSJ6soM0AV3QCxRoC0YgQAvD_BwE. Acesso em 08 nov. 2025.

2 MULHERES NEGRAS EM MOVIMENTO: SABERES ANCESTRAIS QUE SUSTENTAM A COMUNIDADE

“Existe movimento social porque existem classes sociais e essas classes estão em conflito” (Freitas, 2017, p. 76). Essa reflexão evidencia o caráter político do Serviço Social quando articulado aos Movimentos Sociais. Historicamente, profissionais da área têm se engajado na denúncia das desigualdades e na promoção de direitos, situando-se como atrizes e atores que intermedeiam a prática social e a transformação das condições de vida das populações marginalizadas.

o contexto das Relações étnico-raciais, de gênero e classe social, o Serviço Social adquire um papel estratégico: ao dialogar com Coletivos e organizações comunitárias, atua não apenas no atendimento imediato, mas também na construção de políticas públicas, no fortalecimento da organização comunitária e na valorização dos saberes populares. Desse modo, o Serviço Social deixa de ser apenas uma profissão técnica para se consolidar como instrumento de resistência e mobilização social, especialmente quando orientado pelos princípios fundamentais do Código de Ética de 1993.

Além do papel fundamental das e dos assistentes sociais junto aos Movimentos Sociais, há uma importante prática dessas e desses profissionais, de apresentar tais Movimentos e suas pautas a população atendida nos diversos espaços sócio-ocupacionais, a fim de que as pessoas possam ter mais contato com eles, colaborando do seu fomento e na propagação de conhecimento para que se pense fora do senso comum. Muitas vezes isso acontece em oficinas, dinâmicas em grupo, acolhidas, nas quais a população tem mais contato com diferentes temas e pautas, consistindo em momentos de extrema importância na atuação do Serviço Social.

Neste capítulo, além do referencial teórico, apresenta-se também os resultados da pesquisa de campo, trazendo as narrativas de entrevistas com mulheres negras integrantes (ou não) de Coletivos e Movimentos feministas de Franca (SP). Essa abordagem permite evidenciar como o Serviço Social se manifesta na prática, nas experiências concretas das participantes, articulando teoria, ação comunitária e resistência política.

2.1 IDENTIFICAÇÃO DAS PARTICIPANTES DAS ENTREVISTAS

Foram entrevistadas quatro mulheres, em que os três únicos requisitos eram que fossem negras, do gênero feminino e se identificassem com a pauta dos

feminismos negros. Destaca-se que elas escolheram seus próprios codinomes, a fim de que fossem remetidos a algo que considerassem importantes.

A primeira entrevista ocorreu no dia 24 de agosto de 2025, na residência de Nina, uma mulher preta de 43 anos, francana. Durante a mesma, ela destaca com muito afeto sua mãe, seu pai, seus avós e seus irmãos. Nina é divorciada, tem uma filha, possui ensino superior completo, trabalha como educadora, é heterossexual e cisgênero. Atualmente mora na região oeste da cidade de Franca (SP), a qual ressalta com muito carinho que sempre gostou de morar “da ponte pra cá”, se referindo a ponte que liga a região em que reside.

A segunda entrevista aconteceu no dia 25 de agosto de 2025, no local de trabalho de Maria, mulher preta de 33 anos, em união estável, bissexual e cisgênero, moradora da região central, assistente social formada pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, mestra e doutora pela mesma universidade.

A terceira entrevista foi realizada no dia 7 de setembro de 2025, na residência da entrevistadora. Lírio é uma mulher negra, de 39 anos, solteira, hétero e cisgênero, não possui filhos e é nascida em Franca (SP). Possui o ensino superior completo e relata a vontade de se graduar em Serviço Social.

A quarta e última entrevistada, no dia 10 de outubro de 2025, foi na casa de Maria Beatriz Nascimento. Mulher negra de 30 anos, lésbica, cisgênero, está casada há quase três anos e não tem filhos. Nascida e criada na zona leste de Franca (SP), atualmente reside na região nordeste. Está cursando o ensino superior e trabalha como funcionária pública.

2.2 CATEGORIAS DE ANÁLISE DAS NARRATIVAS

Diante dos objetivos da pesquisa e a partir das análises das entrevistas, foram elencadas nove categorias consideradas essenciais para a interpretação e reflexão das falas: etnia-raça, gênero, resistências, classe social, organização política, invisibilização, ensurdecimentos, protagonismos e organização comunitária. Tais categorias analíticas emergem tanto da fundamentação teórica dos estudos feministas negros quanto das diretrizes ético-políticas do Serviço Social brasileiro, especialmente no que diz respeito ao compromisso com a libertação das classes oprimidas, à defesa intransigente dos direitos humanos e ao combate a todas as formas de preconceito (CFESS, 1993). O processo de análise, portanto, busca compreender as narrativas das

mulheres entrevistadas em diálogo com esses referenciais, reconhecendo que a fala é também um espaço de resistência e produção de saberes.

A categoria etnia-raça é central, uma vez que a experiência das mulheres negras é atravessada por um marcador que estrutura desigualdades históricas e simbólicas. Como enfatiza Lélia Gonzalez (1988, p. 69), a sociedade brasileira é perpassada por um “racismo por denegação”, no qual o mito da democracia racial oculta a opressão que conforma as relações sociais. No Serviço Social, o CFESS (2020) reafirma a importância de reconhecer os racismos como uma questão estrutural, que “nega direitos e reproduz a desigualdade social”, de modo que a compreensão das dimensões étnico-raciais nas falas das entrevistadas também se configura como um ato político e ético-profissional, alinhado ao princípio de “defesa intransigente dos direitos humanos” (CFESS, 1993, p. 15).

Quanto à categoria gênero, ela permite compreender como as relações de poder moldam as experiências das mulheres negras entrevistadas. bell hooks (2019, p. 54) afirma que o feminismo negro reconhece que “as lutas contra os sexismos e os racismos são inseparáveis”. No âmbito da formação profissional, as Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996), orientam que as dimensões de gênero e diversidade devem compor a análise crítica da questão social e suas expressões. Assim, a inserção dessa categoria demonstra o compromisso da pesquisa com uma leitura interseccional da realidade social.

Já a categoria resistências, resgata um eixo histórico e político fundamental na trajetória das mulheres negras. Ângela Davis (2016, p. 29) destaca que essa história “é a história de uma luta contínua pela liberdade”, e isso aparece nas entrevistas em práticas cotidianas de enfrentamento às desigualdades étnico-raciais, de gênero e de classe. No Serviço Social, resistir também se relaciona ao compromisso com a “emancipação humana” e a “autonomia dos sujeitos” (CFESS, 1993), o que implica confrontar o racismo institucional e as múltiplas opressões que atravessam a vida da população atendida.

A categoria classe social, articulada às demais, possibilita compreender como as condições materiais determinam e limitam as possibilidades de vida das entrevistadas. Flávia Cesarino (2020, p. 130) reforça que “raça, classe e gênero não podem ser analisadas separadamente, pois se entrecruzam na formação das hierarquias sociais”. No Serviço Social, essa análise é estruturante para a compreensão da questão social

(Iamamoto; Carvalho, 2009), permitindo evidenciar como os racismos operam na divisão social, racial e sexual do trabalho e no acesso a direitos.

No que se refere à organização política, a categoria aparece como expressão da capacidade das mulheres negras de se articularem em defesa de seus direitos, de suas comunidades e territórios. Sueli Carneiro (2003, p. 118), pontua que a organização política das mulheres negras “reconfigura o feminismo, incorporando a luta antirracista e anticapitalista como centrais”. Para o Serviço Social, essa dimensão é constitutiva do exercício profissional, orientado pela defesa de uma sociedade sem exploração de classe, gênero e etnia-raça (CFESS, 1993). Assim, ao analisar as falas sobre participação em Coletivos, conselhos e Movimentos, destaca-se a potência transformadora dessas práticas.

As categorias invisibilizações e ensurdecimentos¹⁷ evidenciam os processos de tentativas silenciamento impostos às mulheres negras em todas as relações sociais, como nos espaços institucionais, acadêmicos e comunitários, quando respectivamente não se enxerga e não se escuta as mesmas. Sueli Carneiro (2005, p. 99) define tais processos como “epistemicídio”, compreendido como a negação e a deslegitimação dos saberes negros. O CFESS, em seu Documento Orientador sobre Relações Étnico-Raciais (2016, p. 4), afirma que o racismo institucional silencia vozes e saberes e que a profissão deve “promover o reconhecimento das identidades étnico-raciais e combater práticas discriminatórias”. Essa categoria, portanto, busca iluminar tanto o que é dito quanto o que é negado ou impedido de aparecer.

A categoria protagonismos, destaca o movimento de afirmação e voz das mulheres negras em seus territórios, Coletivos e instituições. Djamila Ribeiro (2017, p. 41) reforça que “o lugar de fala é a possibilidade de construir discurso a partir da experiência”. No Serviço Social, reconhecer o protagonismo é romper com práticas verticalizadas e fortalecer a autonomia dos sujeitos sociais, em consonância com o princípio de “ampliação da cidadania” (CFESS, 1993).

Por fim, a categoria organização comunitária permite compreender a dimensão territorial, afetiva e solidária das práticas coletivas das mulheres negras em Franca (SP). Lélia Gonzalez (1984, p. 18) afirma que “a cultura negra é, acima de tudo, uma cultura de comunidade e solidariedade”, o que se manifesta nas redes de apoio,

¹⁷ Segundo a pesquisadora Ayni Estevão Araújo (2021), o conceito de ensurdecimento é diferente de silenciamento, o ensurdecimento é a recusa em ouvir as vozes que já existem e insistem. É o silêncio imposto quando a sociedade escolhe não escutar as experiências, saberes e memórias das mulheres negras. Romper com esse ensurdecimento é reconhecer que elas sempre falaram, e que suas falas nascem da ancestralidade, da vida e da resistência cotidiana.

autocuidado e resistência presentes nas narrativas. No Serviço Social, a atuação comunitária é uma expressão histórica da profissão (CFESS, 2011), centrada no fortalecimento de vínculos e na participação popular, elementos que se evidenciam nas experiências relatadas pelas entrevistadas.

2.3 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

Cabe ressaltar que as análises apresentadas neste subitem foram organizadas por categorias, conforme previamente delimitado no capítulo. Os trechos das narrativas foram selecionados a partir de sua relevância teórica e analítica.

Duas participantes escolheram codinomes semelhantes: uma optou por “Maria” e a outra por “Maria Beatriz Nascimento”. Para evitar confusões ao longo do texto, a segunda será sempre identificada pelo codinome completo.

Os trechos da entrevistada identificada como “Nina” aparecem mais vezes ao longo do trabalho, em razão da densidade e da quantidade de narrativas importantes para a pesquisa fornecidas ao longo da entrevista. Entretanto, essa maior quantidade de relatos não reduz a relevância, a potência e o valor analítico das falas das demais participantes, sendo todas igualmente fundamentais para a construção desta pesquisa.

Iniciando a partir da categoria etnia-raça, perante a pergunta de quando Nina se reconheceu nesse lugar de mulher, feminista e negra, sua fala foi:

Eu acho que é talvez esse tornar-se negra né, que Neusa que vai falar pra gente né. Tornar-se negra foi um processo muito, muito complicado de pensar e ainda vem Léia, né. Feminista, uma mulher que pensa esse lugar né. Akotirene vai falar muito sobre isso, sobre que lugar que é esse, e o que é esse marcador da minha existência. eu penso que um dos lugares de um momento que vai estabelecer essa marcação é o ser mãe né, de uma menina. Então chega o momento que você pensa “olha, eu tenho que fortalecer também essa menina” (Nina).

A fala expressa de forma direta o processo descrito por Neusa Santos Souza (1983, p. 17) sobre o “tornar-se negra”, entendido como uma construção identitária atravessada pela violência dos racismos e pela necessidade consciente de reposicionamento subjetivo. A maternidade surge como ponto de inflexão, na medida em que obriga a entrevistada a reconhecer e fortalecer também na filha esse marcador étnico-racial. Isso dialoga com Patricia Hill Collins (2019, p. 211), que interpreta a maternidade negra como espaço de resistência, transmissão de memória e construção de consciência étnico-racial.

Maria Beatriz Nascimento, quando é perguntada do momento em que se entendeu como mulher negra e feminista, ressalta que o mesmo ocorreu no ambiente escolar no início de sua adolescência:

Bom, eu lembro que quando eu tinha meus 12 anos mais ou menos, é, na época a gente nem falava sobre questões raciais né, falava só de preconceito. A palavra racismo não existia, muito menos feminismo né. Como eu estudei na escola Capitão, era um lugar assim, mesmo que é na zona leste, a escola Capitão é uma escola bem central e não se falava sobre essas questões né. E eu lembro que eu já comecei a iniciar esse movimento feminista dentro da escola com meus 12 anos mais ou menos sem saber essa palavra né, mais foi aí que onde iniciou tudo (Maria Beatriz Nascimento).

Destaca-se que a ausência da palavra “racismo” no cotidiano da infância de Maria Beatriz Nascimento remete ao apagamento discursivo que sustentou por décadas o mito da democracia racial. Lélia Gonzalez (1988, p. 39) explica que esse silenciamento é elemento estruturante do racismo à brasileira: evita-se nomear para evitar confrontar. Assim, a entrevistada viveu uma infância marcada pela naturalização das desigualdades étnico-raciais, o que dificulta a elaboração subjetiva da identidade negra. Sueli Carneiro (2005, p. 97) chama esse mecanismo de “epistemicídio”, pois impede o acesso a narrativas que interpretam a experiência negra.

Maria também traz que se reconheceu como uma mulher feminista, já na universidade a partir da diversidade de mulheres que conheceu:

Pensando o movimento feminista dentro disso a minha maior aproximação foi na universidade, né. Então, quando eu começo a chegar, e eu começo ver uma diversidade de mulheres né, e dentro dessa diversidade a liberdade, o que mais me interessou dentro do movimento feminista era a liberdade desses corpos. Sou de uma região bastante conservadora [...] em que cujos papéis sociais femininos são muito demarcados. Então quando eu chego na unesp, foi dentro da Universidade que a diversidade de mulheres se tornou mais expressiva no meu campo de visão, né. Então eu começo ver a diversidade desses corpos, das roupas, dos cortes de cabelo. Me indagou a procurar essas mulheres. Quem eram, porque agiam assim, porque se vestiam daquele jeito. E Foi então que eu comecei um estudo mesmo sobre né. Sobre esse campo né, dessa liberdade, porque foi o primeiro lugar e aí dentro da universidade eu comecei a me interessar né, pelo movimento feminista, é, já entendendo que algumas questões não faziam sentido pra mim enquanto uma mulher negra, mas busquei é a teoria mesmo, do próprio movimento que eu acho que é importante, e aí é, fui com companheiras da universidade. Eu morava na moradia estudantil, então a gente tinha um contato muito próximo de pessoas que já tinham um acúmulo né, sobre o feminismo, então fui buscando, bebendo dessa fonte (Maria).

Sobre a suspeição do corpo negro que para a sociedade não deveria estar em alguns lugares, e quando está, é questionado, Nina relata:

Eu sou convidada para várias palestras, em universidades é às vezes curso de formação em outras cidades e tudo mais né. Não só por conta da pesquisa, mas por conta de tensionar algumas coisas que eu entendo, a Lei 10.639 por exemplo, né. E é as pessoas chegarem: “Onde cê vai? Que que cê tá fazendo aqui?” Porque é uma mulher preta que tá chegando no lugar. “Aonde que cê vai?” Você não vai perguntar isso para uma pessoa branca que passou né. Ela

só vai perguntar “posso te ajudar?” É essa a pergunta, né. Mas vai perguntar pra mim o “aonde você vai?” Uma pergunta autorizando se eu posso entrar ou não posso entrar né. E aí eu falo “Eu estou aguardando uma pessoa que vai me levar. Hoje eu vim fazer a palestra”. Aí eu tenho que falar que eu sou, o que eu vim fazer, quem que me trouxe, com quem que eu vou falar. Eu tenho que me validar e isso, esse é o movimento violento né (Nina).

Nesse relato, ela descreve o processo cotidiano de suspeita dirigido a corpos negros em espaços institucionais, especialmente na universidade. Esse tipo de vigilância racializada expressa o que Frantz Fanon (2008, p. 89) relata como o “olhar objetificante”, que confere à pessoa negra o status de corpo estranho e ameaçador. A violência não ocorre apenas pela pergunta “aonde você vai?”, mas pela necessidade de justificar repetidamente sua presença e de legitimar suas credenciais, uma exigência que, como explica Sueli Carneiro (2003, p. 118), faz parte do “lugar de autorização” imposto às mulheres negras. Ao mencionar a Lei 10.639/2003, ela evidencia a contradição: mesmo sendo convidada a ensinar sobre relações étnico-raciais, sua presença continua questionada.

Lírio relata sobre a dificuldade de reconhecimento à etnia-raça e como as vivências coletivas a auxiliaram nesse processo:

Eu via que pessoas pretas viam em mim coisas que eu não via. Num simples olhar, no jeito que eles me olhavam, conversavam comigo, contatos que eu tive, lugares que eu fui, e não tava nesse lugar assim dessa identificação com o cabelo né, de como estar bem com meu cabelo, querer cuidar e entender esse processo de transição, essas coisas. E aí foi a partir daí né, que daí eu fui criando, essa mesma época que eu já comecei a me aproximar mais das meninas, dos Coletivos em si (Lírio).

O relato da entrevistada revela os efeitos do branqueamento na dificuldade de reconhecer-se como negra. Quando diz que pessoas pretas “viam nela coisas que ela não via”, evidencia o que Munanga (2004, p. 21) identifica como resultado de um projeto histórico que levou muitos negros a “negar sua identidade para aproximar-se do ideal branco”. A não identificação inicial com o cabelo e o estranhamento com a transição mostram os impactos do racismo estético, que produz, como afirma Nilma Lino Gomes (2006, p. 72), “vergonha ou recusa das marcas fenotípicas negras”.

É no contato com outras mulheres e Coletivos que Lírio inicia um processo de afirmação racial, alinhado ao que Sueli Carneiro (2003, p. 125) descreve como a “ruptura com a ideologia do branqueamento e reconstrução do ser negro”. E ela continua:

Eu falo assim, as pessoas nos negam né, elas nos interrompem. Nós temos um processo de interrupção de identificação que pra nós é terrível, isso influencia na nossa conexão individual e espiritual também, né. Porque daí cê não tem essas informações, mas dentro de uma sociedade, aquilo que é apresentado, é o que vira verdade pra você, e cê pensa que se enquadra naquilo (Lírio).

Ao afirmar que “as pessoas nos negam, nos interrompem”, a entrevistada descreve a atuação dos racismos como força que produz interrupções nos processos de identificação e pertencimento. Silvio Almeida (2019, p. 39) explica que os racismos operam criando “mecanismos sistemáticos de deslegitimação da identidade negra”. A falta de informações sobre sua própria história, somada ao que a sociedade apresenta como padrão, expressa o que Nilma Lino Gomes (2006, p. 72) chama de “negação das referências negras que sustentam a construção da autoestima e da consciência racial”. Assim, a fala evidencia que os racismos não apenas excluem, mas também moldam o que a pessoa negra acredita ser possível ou aceitável para si mesma.

Nina relata sobre o seu lugar de identidade e existência, sobre o lugar de interseccionalidade e de como foi importante se enxergar feminista e atuar em Movimentos:

Eu falo assim que é defender esse meu lugar de ocupação, sabe. Essa questão da interseccionalidade, de tantas coisas que me atravessa. Então não tem como não ser uma pessoa feminista, não tem como não atuar nesse lugar né, porque assim, acaba sendo um marcador, né. Porque durante muito tempo esse nem foi um lugar, né. É quando a gente começa a pensar e a ser. Vamos falar assim, ser atravessado por aquilo que a vida vai colocando pra gente e a gente vai entendendo que, olha vou ter que defender um lugar aqui e esse lugar é meu lugar de identidade, meu lugar de existência, né. Ser uma mulher, ser uma mãe, ser uma mulher preta, que até esse lugar eu tenho que defender (Nina).

A fala articula o princípio da interseccionalidade formulado por Kimberlé Crenshaw (1989, p. 140), mostrando que a identidade da entrevistada se constitui na sobreposição de etnia-raça, gênero e maternidade. Ela afirma que, ao pensar “quem eu sou”, não há como dissociar sua atuação feminista da experiência concreta de ser uma mulher negra e mãe, percepção que dialoga com Lélia Gonzalez (1988, p. 75), para quem a vivência feminina negra no Brasil é inseparável dos racismos e do patriarcado. O feminismo aparece aqui não como teoria abstrata, mas como prática cotidiana necessária para defender direitos básicos de existência. O “lugar de ocupação” que ela defende, remete ao conceito de amefricanidade, que reconhece a condição específica da mulher negra na sociedade brasileira.

Nina ressalta mais alguns motivos que fizeram com que ela se movimentasse a favor do feminismo:

Ainda tem esse lugar da gente ser a mulher guerreira, “cê aguenta”, mas “ah não, isso aí é tranquilo, isso você vai tirar de letra né”. Então as violências que a gente sofre ela é lugar nenhum né. Então, a minha atuação hoje como esse lugar de feminista é defender essas não violências, né. Eu não quero ser essa mulher guerreira, eu quero que você olhe pra esse lugar aqui, tem uma existência para além disso tudo, né (Nina).

O trecho denuncia o mito da “mulher negra forte”, criticado por Patricia Hill Collins (2019, p. 119), que explica como essa imagem aprisiona mulheres negras na exigência permanente de resistência, invisibilizando seu sofrimento e naturalizando violências. A entrevistada rejeita essa construção social ao afirmar que não deseja ser a “mulher guerreira”, reivindicando seu direito à vulnerabilidade, à proteção e ao cuidado, dimensões frequentemente negadas às mulheres negras. Essa recusa é profundamente política e ecoa Sueli Carneiro (2003, p. 118), ao apontar que as representações estereotipadas das mulheres negras servem para legitimar sua exploração histórica.

Ainda relacionado à gênero, Nina ressalta sobre as dificuldades das mulheres em realizar denúncias de violência doméstica, fala desse lugar a partir do cargo de conselheira que ocupou no Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres:

A questão do feminicídio, as denúncias são da região central e mulheres brancas. E aí quando você conversa com o promotor né e fala: “não doutor acontece isso porque a mulher, ela tem que trabalhar. Então, ela não vai parar aquilo que ela tá fazendo pra fazer denúncia. Fecha quinze pras seis a DDM, esse horário é horário de trabalho, ela não vai parar (Nina).

A entrevistada expõe como o sistema de atendimento à violência contra mulheres é marcado por desigualdades raciais. A concentração de denúncias de mulheres brancas da região central da cidade não se deve à ausência de violência contra mulheres negras periféricas, mas às barreiras de acesso impostas por jornadas extensas de trabalho, deslocamentos territoriais longos e horários incompatíveis. Essa crítica dialoga com a análise de Carla Akotirene (2019, p. 41), que denuncia como políticas públicas aparentemente neutras produzem desigualdades étnico-raciais quando não consideram marcadores interseccionais. A fala também evidencia que o feminicídio, quando atinge mulheres negras, tende a ser subnotificado, fenômeno estudado por Juliana Borges (2018, p. 62).

Sobre as relações patriarcais e de gênero, Nina reflete:

O seu tem que ser sempre melhor, você tem que estudar, você tem que escolher, você tem que fazer, é um monte de régua né. Você vai ver ter até uma imagem que mostra um homem e uma mulher mulher preta, arame farpado, e tatata, um monte de coisa e pro homem o caminho tranquilo porque a mulher tá fazendo o quê, ela tá cuidando da criança, ela tá colocando alimento lá, ela tá estudando, ela tá não sei o que (Nina).

O depoimento revela a sobrecarga estrutural que recai sobre mulheres negras, que precisam ser “melhores” em tudo para alcançar condições mínimas de reconhecimento. A imagem do “arame farpado” evoca de modo preciso o conceito de “interseccionalidade estrutural” de Crenshaw (1991, p. 1245), que descreve como

mulheres negras encontram múltiplos obstáculos simultâneos, raciais, de gênero, de classe, que não atingem homens ou mulheres brancas. A divisão sexual e racial do trabalho aparece na cena descrita: a mulher negra acumula responsabilidades domésticas, de cuidado, estudo e trabalho, enquanto outros grupos encontram caminhos mais lineares.

Maria traz o debate sobre a teorização do feminismo, evidenciando a importância de que ele não seja apenas um debate teórico, mas que abarque as expressões da questão social e as vivências nas individualidades:

Porque a discussão né teórica do feminismo, ela não chega em todos os lugares e por não chegar em todos os lugares, se você está num contexto é, de trabalho em que você trabalha o dia inteiro ou que você tá afastado dessas discussões, não é uma pauta que você é vai buscar compreensão né, embora me entendendo enquanto mulher, o que eu gostaria, de como eu gosto, de como eu não gosto, não tinha uma discussão teórica né aprofundada sobre a temática, e muita das vezes por não ter esse aprofundamento você acaba permitindo estar em situações indesejadas, que hoje eu não me permito mais. Então o feminismo também chega nesse lugar da permissão. O que hoje eu não permito mais por conta do feminismo, né. Então eu acho que é uma das lutas dentro dos Movimentos feministas, e aí falando do Movimento feminista de mulheres pretas, é isso, de conseguir pra além da teoria, pra além de Simone de Beauvoir, para além de Frida Kahlo, para além de Heleith Saffioti, de Mirla Cisne, de Bruna Carvalho, para além dessas mulheres, se compreender né dentro do seu contexto familiar, institucional, pensar os feminismos né dentro desse contexto (Maria).

A entrevistada denuncia a elitização do debate feminista, que historicamente circulou em espaços acadêmicos e não alcançou mulheres negras trabalhadoras. Simone de Beauvoir, Frida Kahlo ou Saffioti, citadas por ela, representam um feminismo importante, mas insuficiente para explicar as opressões específicas vividas por mulheres negras, crítica já formulada por Angela Davis (2016, p. 62) ao mostrar como o feminismo hegemônico desconsiderou etnia-raça e classe. A entrevistada afirma que o feminismo chega como possibilidade de autorreflexão e libertação, especialmente no sentido de não mais aceitar situações indesejadas. Isso dialoga com bell hooks (2019, p. 45), que defende o feminismo como prática transformadora cotidiana, sobretudo para mulheres negras.

Dentro da categoria de análise “resistências”, diversas formas de luta e emancipação coletiva foram ressaltadas, como na fala de Nina (2025) “às vezes eu sou convidada pra esses eventos para poder realmente falar para essas mulheres que é possível né. Sem romantizar, mas que existe esse lugar né”. A entrevistada evidencia a importância de mulheres negras também se verem como referências e multiplicadoras de projetar novos futuros não romantizados para outras mulheres. Essa perspectiva dialoga com bell hooks (2019, p. 45), que afirma que a resistência entre

mulheres negras se dá por meio de práticas comunitárias, afetivas e políticas que se apoiam mutuamente. Ao enfatizar “sem romantizar”, ela se distancia de discursos que invisibilizam as violências estruturais que atravessam a vida das mulheres negras, reconhecendo que a possibilidade de transformação existe, mas sem negar as desigualdades que a tornam difícil. Essa abordagem é coerente com Patricia Hill Collins (2019, p. 243), que entende a resistência como movimento coletivo e crítico, e não como mero ato individual heroico.

Sobre as resistências feitas por Movimentos e Coletivos feministas negros, Nina também relata: “A gente tem que ser estratégico, porque senão a gente vai ser engolido. Porque as pessoas não entende esse nosso lugar, né. A gente tá, a gente é acostumado a fazer com pouco muita coisa. Muita coisa!”. O trecho explicita uma maneira de articulação das mulheres negras desenvolvidas há muito tempo. A ideia de “ser estratégico” dialoga com o conceito de “tecnologias de sobrevivência” proposto por Sueli Carneiro (2003, p. 120), que identifica como mulheres negras criam estratégias sofisticadas para lidar com as violências estruturais. A expressão “fazer com pouco muita coisa” também retoma o debate de Collins (2019, p. 118), que discute como mulheres negras são forçadas a desenvolver múltiplas competências para sobreviver em um sistema que as subalterniza.

Sobre a importância de as mulheres negras se veem também como produtoras de conhecimento, a fala de Nina também é no sentido de protagonismos, além de estar relacionado às maneiras de resistências: “Eu percebo isso que a grande mudança que a gente tem hoje é realmente a educação porque a gente deixa de ser objeto de pesquisa e eu passo a escolher o que que eu quero falar.” Ela expressa uma transformação epistemológica fundamental: a passagem de objeto para sujeito do conhecimento. Isso está profundamente alinhado com o que Nilma Lino Gomes (2017, p. 35) afirma ao discutir a ascensão de intelectuais negras e o deslocamento da produção do saber para mãos que historicamente foram silenciadas. Ao dizer que “escolhe o que quer falar”, ela reivindica autonomia discursiva, rompendo com séculos de epistemicídio (Carneiro, 2005, p. 97). Essa mudança também representa um avanço promovido pelas políticas de acesso à educação superior, especialmente pelas cotas raciais.

Em relação à práticas de resistência que as mulheres estão vivenciando, Nina explicita o posicionamento delas ao recusar permanecer em lugares e em situações que as violentam:

Eu acho que é dessas mulheres né, ditas como invisíveis ele tá é gritante né. É uma violência tão grande que eu percebo que as nossas gerações vão quebrando isso, falam “ó não quero mais não vou passar por esse lugar, vou por outro lugar eu vou atuar em outro lugar com outras pessoas e outra forma né.” Então, eu tenho percebido muito isso dessas movimentações de que “isso aqui eu não quero mais” (Nina).

Aqui, a entrevistada identifica um movimento geracional de busca por ruptura com padrões históricos de silenciamento e violência. As “mulheres ditas visíveis” tornam-se agentes de mudança ao recusar reproduzir trajetórias de sofrimento naturalizado. Esse processo dialoga com o que bell hooks (2017, p. 39) descreve como “desobediência feminista”, na qual mulheres negras se recusam a ocupar os lugares de subalternidade previamente destinados a elas. Ao afirmar “não quero mais”, essas mulheres rompem com o destino social imposto pelos racismos e patriarcado. Para o Serviço Social, compreender essas mudanças significa reconhecer que mulheres negras estão protagonizando novas formas de organização comunitária e reivindicações políticas.

Maria cita uma das ações que o Coletivo em que ela participa executa:

Então a gente fez é, no último sábado essa campanha, então a gente vai fazer a distribuição dessas cestas básicas que são cestas básicas que vão pras famílias que já nos contactaram, então assim as famílias entram em contato, a gente tem essa demanda que outras políticas públicas não chegam, né. Então a gente a gente já tem essas famílias e outras famílias que vão falando né, a gente vai fazendo essa entrega (Maria).

A fala evidencia um aspecto central das resistências negras, a ação comunitária diante da ausência do Estado. A distribuição de cestas básicas demonstra que organizações, Movimentos e Coletivos têm tentado suprir demandas onde as Políticas Públicas falham. Isso dialoga com o conceito de “circuitos autônomos de sobrevivência”, discutido por Saffioti (2015, p. 131), que mostra como mulheres negras realizam trabalho social invisível para garantir a sobrevivência coletiva. Além disso, confirma o que Munanga (2012, p. 64) identifica como “política comunitária negra”, baseada na solidariedade e no enfrentamento direto às desigualdades.

Quando Maria foi questionada sobre como aconteciam as reuniões do Coletivo que participa, ela explicou que:

O que a gente tem sentido é que a gente precisa de um espaço livre, com o nosso conhecimento que a gente tem sobre determinadas questões, a gente vai mediando né. Então a gente faz um encontro que é um encontro mediado, não um encontro guiado né. Então a gente já teve momentos que a gente discutiu sobre a solidão da mulher negra. A gente já discutiu sobre o lugar da servidão. Temos algumas advogadas do nosso coletivo, então a gente discutiu sobre a questão da paternidade, o direito à pensão alimentícia, sobre a alienação parental. A gente já discutiu sobre a liberdade dessa mulher, é, de se relacionar com quem ela quiser e não ser morta por isso, né. A gente já teve momentos de falar sobre a nossa autoestima, falar do nosso cabelo, de falar da

nossa cor, da nossa maquiagem. Então a gente tenta, a gente busca sempre, é, deixar muito livre né. Deixar muito livre e ir fazendo a mediação né. A medida de que somos diversas. E aí dentro dessa diversidade a gente não tem uma unidade de pensamento né. Então a gente não tem uma unidade, é de ideias, então a gente tem divergência e como dentro desses espaços a gente tenta trazer para essa irmã um ponto de vista né (Maria).

O relato dela destaca a construção de espaços autônomos de discussão, reflexão e cura coletiva entre mulheres negras. A distinção entre “encontro mediado” e não “guiado” revela uma epistemologia comunitária na qual não há hierarquia rígida, mas troca horizontal. Essa forma de organização dialoga com a noção de “comunidades de cuidado” de bell hooks (2019, p. 151), que entende o cuidado como prática política. Os temas discutidos, solidão, servidão, maternagem, paternidade, autoestima, direitos, correspondem ao que Patricia Hill Collins (2019, p. 217) chama de “agenda histórica das mulheres negras”, centrada nas experiências concretas de vida. A diversidade e a divergência dentro desses espaços, mencionadas pela entrevistada, expressam maturidade política e confirmam a afirmação de Grada Kilomba (2019, p. 59) sobre a pluralidade das feminilidades negras.

Iniciando as análises de trechos sobre classe social, a primeira fala é de Maria Beatriz Nascimento:

É a mesma coisa que eu falei sobre as mulheres que costura sapato em frente de casa ou as mesmas coladeiras de peça que é uma crítica que eu venho fazendo assim, algo muito individual da minha parte desde que o Sesc chegou em Franca, mas só quem tem credencial é quem é, quem é do Comércio, mas quem movimenta o comércio são essas mulheres pretas que estão costurando o sapato colando peça e aí? Essas mulheres não têm visibilidade. Não pode acessar esses espaços. Tem pessoas assim que nem sabe como chegar até o Sesc, acham que é uma coisa paga, que tem que pagar pra entrar, “nossa, vou pagar para entrar” é só você chegar lá. Tem coisa sim que você tem que pagar, mas que ainda nossa cidade precisa ter esse olhar que a gente tem um Sesc que não é acessível para todo mundo, principalmente para as mulheres pretas também poder levar seus filhos né, que às vezes até um descanso levar as crianças no final de semana pra poder desestressar um pouco do trabalho da casa também (Maria Beatriz Nascimento).

A entrevistada denuncia a segregação de classe e etnia-raça que impede mulheres negras trabalhadoras de acessar equipamentos culturais como o SESC. Ela aponta um paradoxo fundamental: embora essas mulheres sustentem boa parte da economia local, costurando sapatos e realizando trabalhos precarizados, elas permanecem excluídas dos espaços de lazer, cultura e descanso. Esse tipo de exclusão corresponde ao que Jessé Souza (2017, p. 68) chama de “barreiras simbólicas de pertencimento”, que naturalizam a ideia de que determinados espaços “não são para certos tipos de pessoas”, produzindo um *apartheid* social não declarado. A fala também dialoga com Lélia Gonzalez (1988, p. 70), que explica como os racismos

operam cotidianamente por meio da limitação dos corpos negros a espaços específicos, considerados subalternos.

Em relação às organizações políticas realizadas à favor das mulheres negras, Nina evidencia pautas debatidas no Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres:

Então a gente estabeleceu algumas coisas né, de atuação, de dar visibilidade pra essa mulher preta dentro do conselho da mulher né, de pensar pautas como: “Nossa, a creche poderia ofertar para algumas mulheres, a fralda né”, porque esse é um lugar excludente. “Ah, como isso?” Falei, nem todo mundo pode comprar fralda. “Ah, poderia ter um olhar um olhar de um horário mais estendido para creche?” “Ah, mas que que é isso? O que que você tá falando?” né. “É porque tem mulher que até ela sair lá do distrito chegar em casa já é 19 horas, a creche fechou as quatro... essas três horas quem que fica com essa criança? (Nina).

A fala evidencia como a participação política de mulheres negras nos conselhos municipais assume a função de traduzir demandas concretas da população negra para dentro do Estado. O exemplo da creche, sobre a necessidade de viabilizar fraldas e horário estendido mostra que políticas públicas feitas sem considerar etnia-raça, gênero, classe social e território tornam-se automaticamente excludentes, algo que Carla Akotirene (2019, p. 41) caracteriza como resultado direto da falta de interseccionalidade na formulação das políticas. A reação de espanto dos(as) demais conselheiros(as) (“o que você tá falando?”) reforça o que Sueli Carneiro (2003, p. 118) denomina “lugar da incompetência atribuída”: mulheres negras são tratadas como desconhecedoras da realidade, justamente por nomearem desigualdades históricas.

Sobre a importância das lideranças femininas nas organizações políticas, Nina afirma:

Eu acredito muito que a liderança preta feminina é um lugar que pode estabelecer realmente algumas mudanças e se eles vão tensionar nesse lugar de que “olha precisa olhar para esse lugar com mais atenção” Vai continuar do jeito que tá? Quantas Carolinas né, que irão surgir, que irão modificar, né. É como que é que ela fala, “não gosto do do Brasil como ele é. Comigo ele há de modificar-se”, então é muito esse lugar né, de dentro do meu mundo. Eu acho que eu consigo talvez, não consegui ainda modificar fisicamente, mas tensionar (Nina).

A entrevistada reforça o papel estratégico das lideranças negras femininas como agentes de transformação social, compreendendo que, sem sua presença em espaços de decisão, “vai continuar do jeito que tá”. Essa percepção dialoga diretamente com Sueli Carneiro (2003, p. 120), para quem mulheres negras, ao tensionarem estruturas institucionais, rompem com séculos de exclusão política e reorientam prioridades históricas. A fala revela que a liderança preta não atua apenas como denúncia, mas como força que obriga o Estado e a sociedade a “olhar com mais atenção”,

desestabilizando o padrão racial e patriarcal naturalizado, como analisa Lélia Gonzalez (1988, p. 81).

Ao convocar Carolina Maria de Jesus e especialmente a frase “comigo ele há de modificar-se”, a entrevistada mobiliza uma tradição de insubmissão negra feminina. Esse gesto expressa o que Grada Kilomba (2019, p. 61) identifica como a potência política da escrita e da presença das mulheres negras, que transformam a realidade mesmo que não detenham plenamente os meios institucionais. Quando afirma que talvez ainda não tenha conseguido “modificar fisicamente”, mas tensiona, ela descreve exatamente a dinâmica apontada por Patricia Hill Collins (2019, p. 257) como “política da resistência cotidiana”, em que pequenas fissuras, deslocamentos e incômodos produzidos por mulheres negras acumulam-se como força transformadora.

Maria Beatriz Nascimento, destaca a importância de vermos mulheres negras que conhecemos no cotidiano, e hoje estão em cargos de relevância, importância, e que ainda querem puxar mais mulheres negras para esse lugar:

Olha só onde a Rosicler chegou e isso que é importante. A gente que tá mais próximo à ela fala assim: “Nossa a Rosicler, eu conheço ela da minha adolescência, agora ela é professora e ela tá aqui também” e diz “vamos gente, vamos também assumir esse lugar, não quero ficar sozinha lá não, quero mais pretinhas e pretinhos lá comigo”. Então de ter essas referências, de tá sempre por pessoas assim como a Rosicler, de puxar outras meninas pretas que tá chegando agora pra somar junto com ela na Unesp (Maria Beatriz Nascimento).

O trecho evidencia a importância das referências negras femininas como mecanismos de ascensão coletiva. A presença de Rosicler, uma mulher negra, professora universitária, orientadora deste trabalho, representa o que Nilma Lino Gomes (2017, p. 51) chama de “pedagogias da presença”, em que a simples existência de uma mulher negra em lugares historicamente negados, rompe imaginários de impossibilidade. A entrevistada expressa a dimensão política da representatividade: não se trata de um símbolo individual, mas de puxar outras mulheres para espaços de decisão e produção de conhecimento. Ao mesmo tempo, ela traz uma crítica interna à comunidade, reconhecendo que nem todas as mulheres negras atuam em sentido emancipatório, algo que Lélia Gonzalez (1988, p. 83) já afirmava ao dizer que a consciência étnico-racial é uma construção, não uma garantia automática.

Maria, membra do Coletivo “As Pretas” explica a maneira que ele surgiu enquanto organização política na universidade:

Olha deixa eu me colocar aqui de uma maneira respeitosa porque a gente compreende que embora o coletivo, ele tenha surgido desse braço Universitário, esse não é o papel, é por isso que o coletivo, é o coletivo das pretas de Franca né. Porque a gente quer ouvir as mulheres pretas de Franca

que muitas vezes não têm acesso à discussão do próprio feminismo. Entendendo então assim, eu acho que a gente nunca falou abertamente que o nosso coletivo, é um coletivo feminista né. Porque já tá intrínseco ali né, tá dentro, tá, tá, na nossa essência, mas às vezes se a gente falar que é um coletivo feminista de mulheres pretas distancia. Então um coletivo de mulheres pretas ele junta mais do que um coletivo feminista de mulheres pretas a nossas ações são feministas, mas eh, eh, não precisam ser ditas porque tá na vivência né, tá no nosso fazer (Maria).

A fala revela uma consciência sobre estratégias políticas e comunicacionais dentro dos Movimentos de mulheres negras. A entrevistada explica que nomear o coletivo como “feminista” pode afastar mulheres negras que não se veem nesse termo, muitas vezes associado a uma tradição branca e elitizada. Essa discussão remete à crítica feita por bell hooks (2019, p. 45), que aponta que o feminismo precisa ser acessível e parte da vida cotidiana, e não apenas da teoria acadêmica. Ela reconhece que as práticas do coletivo são feministas, mesmo sem nomear. Isso corresponde ao que Patricia Hill Collins (2019, p. 36) descreve como “feminismo vivido”, presente nas práticas de cuidado, organização, solidariedade e resistência das mulheres negras.

Maria também destaca a importância de falarmos sobre Movimentos Sociais e da realização desta pesquisa:

Eu acho que é importante a sua pesquisa, porque eu acho que até pra que a gente possa fazer um recorte de onde surge, né, ou porque surge, né. Porque que eu enquanto uma mulher negra, dentro do ambiente da universidade, por que eu quis buscar um espaço, né, um espaço de acolhimento. O que o que o coletivo tá dizendo para mim, que a universidade não é um espaço de acolhimento pras mulheres negras, e se a universidade não é um espaço de acolhimento pras mulheres negras eu tenho que buscar dentro desse município esse lugar de acolhimento, né. E esse lugar de acolhimento foi o coletivo “As Pretas”. Então diz muito né sobre essa questão, porque a universidade não é esse espaço de acolhimento, sendo que lá tem as teorias do saber, né. Então é lá que você vai estudar sobre as grandes feministas e por quê, né. Por que que não tá ali? Por que que não é feito ali dentro daquele espaço. Que esse espaço não se está seguro, né. Pelo contrário, é um espaço hostil, é um espaço que revitimiza, então não é um espaço ideal. Então qualquer outra coisa que for feito, precisa ser feito fora, fora desse mundo acadêmico, porque a valorização da academia está para outros corpos e não os meus é que é diferente (Maria).

A entrevistada descreve a universidade como um espaço hostil para mulheres negras, apesar de ser um local dedicado à produção de conhecimento. Essa contradição é amplamente analisada por Nilma Lino Gomes (2017), que afirma que a presença negra no ensino superior tensiona estruturas racistas historicamente consolidadas. A necessidade de buscar acolhimento fora da universidade, em Coletivos de mulheres negras, confirma o argumento de bell hooks (2017) sobre o academicismo excludente, que reproduz desigualdades mesmo quando teoriza sobre elas. A fala revela também uma crítica profunda: se a universidade produz teorias feministas, por que não acolhe mulheres negras? Essa é a mesma pergunta que Angela Davis (2016) faz ao analisar a insuficiência do feminismo branco. Para o Serviço Social, o trecho

evidencia a urgência de transformar práticas institucionais acadêmicas e construir políticas efetivas de permanência e acolhimento atento às desigualdades étnico-raciais.

Maria Beatriz Nascimento relata sobre o Grupo de Trabalhos e Estudo “GT Luana Barbosa”:

Tipo o GT Luana Barbosa, por exemplo, é um lugar onde essas mulheres conseguem ter uma rede de apoio, conversar com outras mulheres, poder discutir, poder se abraçar, a falar das suas dores, assim né, eu vejo que hoje em dia, assim que, eu acho que quanto mais a gente avança mais essas mulheres vem trazendo mais demandas de dificuldade, até de cuidar dos seus filhos e também de se cuidar também, né. É, às vezes a gente tem aquele tempo de cuidar dos filhos e deixa de cuidar da gente. Então eu vejo nesse lugar (Maria Beatriz Nascimento).

Aqui emerge o papel dos Coletivos como redes de afetos e de elaboração das dores, funções que bell hooks (2019, p. 103) identifica como fundamentais para a sobrevivência emocional de mulheres negras. O GT “Luana Barbosa” aparece como espaço de reparação, escuta e fortalecimento, rompendo o isolamento que a estrutura social produz.

Sobre as relações afetivas entre pessoas negras do gênero feminino e do gênero masculino, Maria Beatriz Nascimento, cita traumas e vivências que podem influenciar:

Vou dar um exemplo para os homens negros. Eles têm as suas vivências seus traumas de às vezes não querer se relacionar também com mulheres pretas, falam assim, ai eu já venho com um contexto histórico extremamente difícil de muita fome, dificuldade, eu vou me relacionar com uma outra mulher preta né, e quando ele se relaciona eles não conseguem lidar com toda a situação, não consegue, os dois está em, não sei se é em acordo assim (Maria Beatriz Nascimento).

A fala aponta para tensões nas relações afetivas negras, frequentemente marcadas por traumas históricos e desigualdades de gênero e étnico-racial. Claudete Souza (2018) demonstra como os racismos impactam a afetividade, gerando afastamentos, conflitos e reproduções de violência emocional. A entrevistada descreve um ciclo em que homens negros, fragilizados pela opressão étnico-racial, podem recusar relações com mulheres negras por associarem-nas a dor.

Maria sobre o Coletivo em que participa fala sobre invisibilização e as questões relacionadas ao gênero e a etnia-raça:

Eu acho que dois fatores é importante nessa questão da visibilidade, é a questão de gênero né, então são mulheres e a segunda questão são mulheres pretas. Então, eu acho que é duplamente invisibilizado. Eu creio que seja dessa forma, embora

a gente se movimente né. Então é a invisibilidade, ela não nos limita, mais ela existe (Maria).

A entrevistada sintetiza o que Lélia Gonzalez (1988) chamou de “dupla discriminação”: ser mulher e ser negra. Essa dupla marca produz sobrecarga, apagamento e desconsideração sistemática em todos os espaços sociais. Ainda assim, a fala afirma resistência: a invisibilidade existe, mas não paralisa. Collins (2019) descreve essa postura como “política de resiliência”.

Ainda, sobre o Coletivo em que atua, Maria, o descreve como espaço de acolhida e fortalecimento, em contraponto a universidade:

Enquanto academia me pragueja, é esse coletivo que me acolhe, né. Esse coletivo que me fortalece, eu acho que tem essa questão, que é dúbia quando a gente pensa a universidade como um lugar, é que deveria ser um lugar que acolhesse, um lugar que fosse diverso e, e que pudesse, é propor coisas né. Não, a universidade, ela tem um padrão e esse padrão é, ele não dialoga com a diversidade (Maria).

O trecho evidencia a experiência de violência institucional na universidade, que deveria acolher, mas reproduz padrões brancos, elitistas e excludentes. Kilomba (2019) conceitua esse processo como “lugar de fala negado”: corpos negros são tolerados, mas não integrados. A entrevistada contrapõe a hostilidade acadêmica ao acolhimento dos Coletivos, reafirmando o papel destes como espaços de reparação simbólica e pertencimento. No Serviço Social, o depoimento convoca a crítica à produção de conhecimento excludente e a defesa de políticas de permanência.

Nina evidencia na categoria “protagonismos” que: “E aí eu vou reivindicar esses lugares, o lugar da escrita, o lugar do conhecimento, o lugar do empreender. Quantos talentos eu não tenho, né”. Nessa fala, ela reivindica espaços historicamente negados às mulheres negras, escrita, conhecimento e empreendedorismo, denunciando simbolicamente o epistemicídio descrito por Sueli Carneiro (2005). Ao afirmar “quantos talentos eu não tenho”, ela subverte a lógica colonial que restringiu a produção intelectual negra e exige múltiplas formas de existir e criar. Essa fala dialoga com bell hooks (2019), ao afirmar que a escrita e o saber são territórios de resistência e autorreivindicação.

Nina complementa:

E na curiosidade também de que, “nossa, olha o tanto de mulher preta, potente”, “nossa, que legal esse lugar”. Mas eu ainda não consegui me reconhecer como essa mulher preta potente, né. Eu primeiro tive que ver alguém, olhar alguém e falar “nossa!”, até eu voltar para mim, né (Nina).

A entrevistada descreve um processo de identificação que ocorre de fora para dentro, confirmando o que Nilma Lino Gomes (2017) chama de “pedagogia da presença”. Antes de se reconhecer potente, ela precisou ver outras mulheres negras ocupando espaços de potência. Esse processo dialoga com bell hooks (2019), que afirma que o espelhamento é fundamental para a construção da autoestima e da identidade política de meninas e mulheres negras. A dificuldade de se reconhecer potente reflete o apagamento histórico que os racismos produzem.

Ainda, sobre os protagonismos de mulheres negras, Nina cita cantoras que estão em evidência no cenário atual, por denunciarem em suas músicas questões sociais, de gênero e étnico-racial:

Hoje, quando você vê as mulheres né, a minha filha vai me mandando né, Duquesa, as mulheres dentro do rap falando “ó, sou eu que escolho, eu que tô falando, tá vendo?”, a Costa, maravilha, Tássia Reis. Conheci Tássia Reis, ela veio no Sesc. Que delícia você ver essas mulheres grandonas, né. E as jovens tão vendo isso, as mulheres tão vendo isso. Falando assim: “ó, aqui não!”. Porque elas falam: “aí é que você não vai se fazer” e é esse lugar dessas mulheres, tá grande, e elas fazem as narrativas delas (Nina).

A entrevistada identifica no *rap* feminino negro um território de afirmação e autonomia. Artistas como Tássia Reis, Duquesa, Ajuliacosta MC Luanna, e Tasha & Tracie encarnam o que Collins (2019) chama de “produção cultural como resistência”, criando narrativas próprias e confrontando estereótipos. A frase “sou eu que escolho” demonstra autodeterminação e agência. Esses exemplos funcionam como referências para jovens negras, indicando a circulação de modelos positivos que rompem com o silêncio histórico.

Tasha e Tracie, né, que elas tão falando sobre Amina¹⁸, né. Ter hoje Amina como pauta, o que é isso minha gente? Eu não tive essa infância, não tive essa infância, né. Eu falo que hoje e se tornar-se negra para mim, tem sido muito grandioso a partir da literatura infantil (Nina).

A entrevistada destaca a presença crescente de personagens e narrativas negras para crianças, reconhecendo o impacto da representatividade desde a infância. Isso dialoga diretamente com o conceito de “tornar-se negro” de Neusa Santos Souza (1983), aqui ressignificado pela literatura infantil como ferramenta de cura e formação de identidade.

¹⁸ Nina faz referência à música de Tasha e Tracie, “Amina”, evocando a história da rainha Amina de Zazzau, nascida em 1533. Treinada como guerreira desde jovem, Amina tornou-se uma líder respeitada, que assumiu o trono após a morte do irmão e comandou exércitos numerosos em expansões territoriais. Sua trajetória, marcada por coragem, estratégia e liderança, simboliza a grandeza das mulheres negras que, como ela, abrem caminhos, movem fronteiras e inspiram gerações. Biografia disponível em: **BBC Brasil**. A história da guerreira que se tornou a primeira rainha da Nigéria. *BBC News Brasil*, 26 jul. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/44975101>. E música disponível em: TASHA; TRACIE. Amina: Tasha & Tracie. Álbum: Diretoria. São Paulo: ADA/WM Brazil, 2022. 1 áudio (2 min 58 s). Disponível em: <https://open.spotify.com/track/6mX1K1V1FJMcY3HJVpazrM>. Acesso em: 19 nov. 2025.

Sobre a importância dos Movimentos e Coletivos feministas negros, Nina ressalta: “E, aí mas só movimento feminista?” Falei: sim. Olha, até agora ninguém olhava pra gente, então a gente tem que falar sobre a gente, a gente tem que mostrar pra sociedade o tanto que a gente é grandiosa, né”. A fala afirma a necessidade da centralidade das mulheres negras no Movimento feminista, conforme defendido por Angela Davis (2016) e Lélia Gonzalez (1988). A entrevistada rejeita a crítica que tenta deslegitimar o feminismo negro e reafirma sua urgência: falar de si é romper silêncios históricos.

Finalizando as análises sobre “protagonismos” é essencial destacar uma fala de Maria, em que mostra a uma adolescente quantos caminhos ela pode seguir, e o quão gigante ela pode ser:

Tem uma menina que eu atendo e ela fala assim para mim que, o quanto ela se sente bem de tá comigo. E aí ela fala assim: “nossa quando eu crescer eu quero ser igual a você”. E aí eu falo para ela: “olha fulana, eu eu torço pra que você seja gigante, muito maior que eu, porque é isso, isso oxigena, é isso, me traz um lugar de conforto mesmo, de saber que tem pessoas como você dentro da academia que estão dispostas, porque eu acho que é isso, precisa estar disposta a falar sobre nós, mas falar sobre nós de uma maneira fidedigna. Eu acho que tudo que foi dito de nós durante muito tempo, foi dito de uma maneira diferente de uma maneira de uma narrativa única, né. E nós temos muitas narrativas, né. A nossa narrativas são diversas e o quanto é importante alguém que chegue nesse ambiente e evidencie isso (Maria).

A entrevistada situa a universidade como lugar de disputa simbólica. Sua presença ali inspira outras jovens negras, fenômeno que Nilma Lino Gomes (2017) descreve como “pedagogia da representatividade”. Quando diz que torce para que a menina seja “gigante”, ela expressa o compromisso coletivo característico do feminismo negro. A crítica à “narrativa única” dialoga com Carneiro (2005, p. 32), que denuncia o apagamento das vozes negras na produção do conhecimento.

Iniciando as falas sobre a categoria “organização comunitária”, evidencia-se uma fala de Nina, em que ela retrata o porquê de ter entrado em Movimentos, Coletivos e conselhos, onde poderia potencializar as vozes de mulheres que por muitas vezes não estavam sendo ouvidas, Nina relata: “Ó, eu acho que a minha atuação dentro dos Coletivos, ela começou justamente nesse lugar de como que eu devolvo pra comunidade aquilo que eu recebi. E aí eu falei, gente, eu preciso devolver né. Então, nesse momento eu chego na dentro dos conselhos, né”

A entrevistada compreende sua atuação política como um gesto de “devolução” para a comunidade, revelando uma ética coletiva que fundamenta a militância negra feminina. Esse entendimento ecoa o que Patricia Hill Collins (2019) denomina de “responsabilidade comunitária”, a ideia de que conquistas individuais só se tornam

verdadeiramente significativas quando retornam em benefício da coletividade. A entrada nos conselhos de direitos evidencia que mulheres negras transformam suas trajetórias em ação institucional, tensionando estruturas e ampliando direitos. Esse movimento também reflete a noção de circularidade de saberes analisada por Sueli Carneiro (2003), segundo a qual, mulheres negras não ascendem sozinhas, mas carregam consigo o compromisso de abrir caminhos.

Nina também traz sobre a organização comunitária, de maneira que as mulheres negras, sendo elas vizinhas, parentes ou amigas, vão se apoiando e criando uma rede de cuidado, onde elas podem sair tranquilas, e deixar os filhos com alguém.

Você vai ver várias mulheres no mesmo objetivo, várias, várias, várias, é uma ajudando a outra. 'Ah, pode deixar que eu cuido aí do seu filho pode ir', 'não pode deixar aqui'. 'Nossa, eu vou chegar um pouquinho mais cedo, pode deixar ele aqui'. 'Pode deixar, te ajudo!'. Então esse movimento né, de coletivo dessas mulheres pretas, ele é importante, ele faz diferença, muita diferença e é gostoso de ver isso (Nina).

O trecho demonstra a prática cotidiana da solidariedade entre mulheres negras, que organizam redes de cuidado para garantir a participação de todas. Essa dinâmica expressa o que bell hooks (2019) chama de “comunidades de cuidado”, nas quais o apoio mútuo se torna estratégia política de sobrevivência e fortalecimento. O cuidado compartilhado, como olhar as(os) filhas(os) umas das outras, constitui uma forma de resistência à sobrecarga imposta pelos racismos e pelos sexismos, conforme analisado por Angela Davis (2016). Trata-se de uma construção coletiva que rompe com a lógica individualista e revela a dimensão comunitária do feminismo negro.

Lírio afirma como essa organização comunitária é importante: “a gente encontra a força uns nos outros, né. E no ato de estar vivo para se entender o processo”. A fala da entrevistada, “a gente encontra a força uns nos outros”, evidencia a centralidade da organização comunitária, principalmente negra, como espaço de resistência e reconstrução subjetiva. Esse fortalecimento coletivo, dialoga com o que Sueli Carneiro (2003, p. 125), identifica como a “dimensão libertadora da ação coletiva negra”, capaz de sustentar processos de identidade e cura diante das violências raciais. O “ato de estar vivo para se entender”, revela que a comunidade oferece condições de continuidade histórica, permitindo que sujeitos negros construam sentido para suas próprias trajetórias, mesmo frente às rupturas impostas pelos racismos.

Maria Beatriz Nascimento, ressalta a importância das lutas coletivas: “a gente não faz sonho individual sozinho, sozinho a gente não faz nada, a gente sempre tem que ter uma pessoa ou outra pra tá seguindo junto com a gente, assim, eu vejo assim”.

Ela reforça que sonhos e conquistas não são processos individuais, mas coletivos. Essa percepção afasta a ideia de meritocracia e está alinhada ao que Lélia Gonzalez (1988) discute sobre a necessidade de romper com narrativas individualizantes que fragmentam sujeitos. O reconhecimento de que “ninguém faz nada sozinho” indica uma concepção de pertencimento comunitário própria das epistemologias negras, nas quais a ação coletiva é condição para enfrentamento das desigualdades estruturais. Patricia Hill Collins (2019) caracteriza esse tipo de postura como essencial para a construção de solidariedades políticas negras.

Já Lírio, menciona que suas vivências em Movimentos e Coletivos especificamente, aconteceram mais tardiamente, já que ela mesma não se reconhecia como uma mulher preta:

E eu falo ó, minhas vivências não é igual de muitas ali que veio de Movimentos estudantis já, né, já faziam esses Movimentos Coletivos desde de adolescente, dos 16, 17 anos. Então para mim foi um pouco tardio, já até mesmo eu tinha uma vivência, uma experiência de vida diferente, assim né, eu não acessava esses lugares até mesmo porque eu precisava entender o que que é referência, naquele momento ainda não tinha, né. Eu na verdade vivia dentro de uma, mas a partir do momento também de ser entende a consciência de ser uma pessoa preta, negra e tal. Então isso eu acho que vai gritando no meio da gente, e aí você vai entender o que faz mais sentido, né (Lírio).

Essas mesmas falas se apresentaram em todas as quatro entrevistas, onde todas as participantes falavam do lugar de coletividade. Lírio também diz “a gente nunca tá sozinho né. É, a gente sempre está com outras pessoas”. Essa afirmação sintetiza o princípio da interdependência comunitária presente nas experiências de mulheres negras. A ideia de que “nunca estamos sozinhas” reflete a perspectiva defendida por bell hooks (2019), segundo a qual a coletividade é elemento central para resistir às opressões. A frase aponta para a força dos vínculos, mostrando que a organização comunitária não é apenas prática política, mas também afetiva e existencial.

As narrativas apresentadas neste capítulo explicitam que os processos de reconhecimento, pertencimento e afirmação étnico-racial não se constroem de forma individual, mas em diálogo constante com dimensões históricas, políticas, culturais e comunitárias da experiência negra. As entrevistadas mostram como os racismos, em suas expressões estruturais, estéticas e simbólicas, produzem interrupções profundas na constituição da identidade, apagando referências, dificultando o acesso à história e impondo padrões que não contemplam as pluralidades das vivências negras. Ao mesmo tempo, revelam que é nos encontros, nas trocas e na presença de outras

peessoas negras, que se produzem caminhos de reorientação subjetiva e fortalecimento interno.

Nesse movimento, a organização comunitária, as articulações políticas e as diversas maneiras de *akilombamento*, aparecem como práticas essenciais de resistência e reconstrução. Os relatos apontam que são os Movimentos Negros, os Coletivos, os grupos de mulheres negras e as redes de apoio que sustentam processos de cura, de elaboração crítica e de reafirmação da identidade. Esses espaços não apenas acolhem, mas também produzem conhecimento, fortalecem vínculos e fomentam formas de existir que desestabilizam o projeto de apagamento imposto historicamente. Assim, ao encerrar este capítulo, reconhecemos que as vozes das entrevistadas, atravessadas por dores, afetos, descobertas e potências, iluminam a centralidade da ação coletiva, da política do cotidiano e das práticas de *kilombo* que se atualizam nas cidades, nas universidades e nos territórios onde pessoas negras seguem criando vida, memória e futuro.

2.4 ANALISANDO AS ENTREVISTAS PELO OLHAR DO SERVIÇO SOCIAL

As falas das entrevistadas revelam que a dimensão étnico-racial constitui um eixo estruturante da experiência social das mulheres negras em Franca (SP), atravessando infância, trajetórias educacionais, vivências profissionais e processos de construção de identidade. O “tornar-se negra”, conforme formula Neusa Santos Souza (2021), aparece como um processo contínuo, marcado por tensionamentos, descobertas e, ao mesmo tempo, por dores. As entrevistadas relatam que esse processo é permeado por referências como Lélia Gonzalez e Carla Akotirene, que ajudam a nomear desigualdades antes naturalizadas, no caso de Nina, especialmente quando a maternidade ativa ainda mais a necessidade de fortalecimento dessa identidade. Do ponto de vista do Serviço Social, essa compreensão é central: identidades são histórica e socialmente produzidas, e reconhecer o impacto das relações étnico-raciais é requisito ético-político da profissão (CFESS, 2016), que a compreende como um nó da questão social (Gonçalves, 2018).

Essas mulheres também evidenciam o funcionamento cotidiano dos racismos, que regulam acessos, constroem presenças e exigem constantes comprovações de legitimidade. Situações como ser questionada em espaços acadêmicos ou profissionais sobre “aonde vai?”, enquanto pessoas brancas são recebidas com um “posso te ajudar?”, escancaram como a racialização define quem é autorizado a ocupar determinados lugares. No campo do Serviço Social, tais depoimentos reforçam a

necessidade de um exercício crítico que reconheça essas violações como parte da estrutura, comprometendo-se com a equidade étnico-racial em todas as dimensões da atuação.

As entrevistas também revelam que, desde a infância, a ausência de referências negras nas artes, na educação e nos discursos públicos gerou incômodos persistentes. A hegemonia de autores e estéticas brancas, descrita como uma norma tácita, reforçou um sentimento de não pertencimento, mesmo quando as entrevistadas já buscavam compulsoriamente outras narrativas como as de Carolina Maria de Jesus, Abdias e Beatriz Nascimento, que eram desqualificadas por docentes ou instituições. Tal apagamento, compreendido como ensurdecimento ou silenciamento epistêmico, integra a lógica de manutenção do privilégio étnico-racial. No Serviço Social, esse fenômeno precisa ser analisado como mecanismo de produção de desigualdades simbólicas, que repercutem no acesso aos direitos e no reconhecimento social.

No eixo de gênero, as falas apontam para a interseccionalidade como categoria vivida, antes mesmo de ser nomeada. Ser mulher, mãe e negra, por exemplo, surge como marcador que exige defesa permanente de um lugar de existência. As entrevistadas explicam que, durante muito tempo, o feminismo não foi acessível a todas, tanto pelo distanciamento teórico quanto pelas condições materiais que afastam mulheres negras de discussões formais. Assim, a tomada de consciência feminista aparece como prática cotidiana de não-permissão às violências, sejam elas psicológicas, institucionais ou relacionais. Para o Serviço Social, esses relatos exemplificam a necessidade de compreender gênero articulado à etnia-raça e à classe social, reconhecendo que mulheres negras acumulam opressões e enfrentam barreiras específicas relacionadas à diversas formas de cuidado, especialmente com si próprias, ao trabalho e ao reconhecimento social.

A crítica às representações da “mulher guerreira” também é recorrente. As entrevistadas rejeitam esse lugar que naturaliza sobrecargas e violências e que produzem uma expectativa de resistência infinita. O Serviço Social, ao se comprometer com a defesa de direitos, precisa problematizar essa ideologia, pois ela encobre desigualdades estruturais e desresponsabiliza o Estado no provimento de políticas públicas adequadas, como se vê, por exemplo, na denúncia sobre o funcionamento limitado da Delegacia da Mulher, incompatível com as jornadas de trabalho de grande parte das mulheres pobres e negras.

Na categoria resistências, emerge um conjunto de práticas coletivas que deslocam essas mulheres da posição historicamente atribuída de “objeto de pesquisa” para a de sujeitos de produção de conhecimento e intervenção. As falas indicam que a educação é motor dessa transformação: é por meio dela que elas escolhem o que querem falar, como querem atuar e quais narrativas desejam disputar. A recusa das violências estruturais, expressa em frases como “isso eu não quero mais”, aponta para o rompimento geracional de silenciamentos, algo que adquire centralidade no Serviço Social, dado o compromisso profissional com a emancipação humana e com a defesa de processos democráticos.

O eixo de classe social aparece atravessado pela racialização. As entrevistadas discutem as desigualdades materiais que afetam majoritariamente mulheres negras: o trabalho informal, a sustentação solo da família e a dificuldade de acesso a equipamentos públicos como o Sesc, cuja lógica de credenciamento exclui as próprias mulheres que movimentam o comércio local, como costureiras e coladeiras de peças. Para o Serviço Social, esses relatos materializam a dimensão concreta da questão social, revelando que a pobreza tem classe, cor e gênero, e que políticas universais nem sempre consideram as particularidades que deveriam garantir equidade.

Nas falas sobre organização política, as entrevistadas demonstram que sua atuação em conselhos, coletivos e instituições não se dá por idealização, mas por necessidade: como para Maria, a universidade, apesar de ser um espaço de conhecimento, é descrita como ambiente hostil e revitimizante para mulheres negras. Assim, a busca por acolhimento acontece fora da academia, nos coletivos de mulheres negras, que atuam como dispositivos de pertencimento, proteção e formação política. Essa crítica é fundamental ao Serviço Social, que deve reconhecer as instituições como atravessadas por relações de poder e desigualdade; dessa forma, movimentos sociais protagonizados por mulheres negras, tornam-se parceiros estratégicos na luta por direitos.

A invisibilização aparece como eixo transversal em quase todas as narrativas. As mulheres entrevistadas descrevem que são duplamente invisibilizadas: por serem mulheres e por serem negras. Mesmo quando ocupam espaços de poder, seu reconhecimento é substituído por exotificação ou surpresa, como se inteligência e competência não fossem características esperadas de seus corpos. Para o Serviço Social, isso reafirma que os racismos operam não apenas na dimensão material, mas também simbólica, afetando autoestima, acesso a oportunidades e percepção social.

Os ensurdecimentos também se demonstram de várias formas nas entrevistas, eles aparecem quando as mulheres negras afirmam que suas falas são constantemente ignoradas, mesmo quando expressam detalhadamente suas demandas e experiências. Elas apontam que são ouvidas, mas não escutadas, especialmente em espaços institucionais.

No Serviço Social, esse processo revela limites de escuta e reconhecimento. Mesmo com avanços no debate étnico-racial, as(os) profissionais relatam que muitas vezes suas leituras de território e racismos são desconsideradas. Romper com o ensurdecimento implica fortalecer práticas de escuta qualificada, reconhecendo essas mulheres como sujeitos de conhecimento, atuação e ação.

Por outro lado, os protagonismos surgem como contraponto à invisibilidade. As entrevistadas reivindicam os lugares da escrita, da docência, do empreendedorismo e da produção cultural, inspirando e sendo inspiradas por outras mulheres. Referências como Tássia Reis, Duquesa, Tasha e Tracie e personagens da literatura infantil negra aparecem como elementos fundamentais na construção de uma identidade coletiva e de possibilidades reais de futuro. O movimento de dizer às crianças e jovens “você pode ser gigante” sintetiza um projeto político que ultrapassa o individual, alcançando dimensões de transformação social, objetivo que dialoga profundamente com o projeto ético-político do Serviço Social.

Por fim, a organização comunitária aparece como prática concreta de solidariedade e construção de redes. As entrevistas mostram que as redes de mulheres negras assumem responsabilidades que o Estado frequentemente negligencia, como apoio emocional, cuidado com crianças, distribuição de alimentos e mediação de conflitos. Esse *ethos* comunitário, que rompe com a lógica individualizante, revela a potência da autogestão e do trabalho coletivo, e sinaliza a relevância de reconhecer e fortalecer essas iniciativas no âmbito das políticas públicas, principalmente no campo do Serviço Social, apoiados no projeto ético político.

De modo geral, as falas analisadas demonstram que as experiências de mulheres negras em Franca são marcadas simultaneamente por violações e potências. Elas denunciam os racismos, a desigualdade de gênero e classe, a ausência de políticas efetivas e a hostilidade das instituições, mas também evidenciam produção de conhecimento, organização política, redes de apoio, cuidado e construção de horizontes emancipatórios. Para o Serviço Social, tais narrativas reafirmam que enfrentar os racismos, fortalecer mulheres negras e valorizar seus protagonismos não é

apenas um debate teórico, mas parte indissociável do compromisso ético-político e profissional com a justiça social.

2.5 IDENTIFICANDO MULHERES, MOVIMENTOS E COLETIVOS A PARTIR DO *GOOGLE FORMS*

Para alcançar os objetivos desta pesquisa, foi criado um formulário digital voltado à identificação de Movimentos, Coletivos e lideranças de mulheres negras em Franca (SP). A construção desse instrumento decorreu da necessidade de aprofundar a compreensão sobre as práticas e articulações dos feminismos negros no município, que, embora presentes e atuantes, ainda são pouco visibilizados no campo acadêmico e nas políticas públicas. Tal invisibilização dialoga com o que Lélia Gonzalez (1988) identifica como um processo histórico de apagamento das experiências das mulheres negras, associado aos racismos e sexismos.

O formulário apresentava inicialmente o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), garantindo ética, sigilo e autonomia das participantes, conforme orientações metodológicas da pesquisa social. Em seguida, continha questões abertas destinadas a identificar: os Coletivos feministas negros conhecidos na cidade, seus territórios de atuação, contatos disponíveis, lideranças femininas negras envolvidas nessas iniciativas e outras mulheres negras consideradas referências, mesmo que não vinculadas institucionalmente a Coletivos. O caráter aberto das perguntas permitiu que emergissem informações qualitativas, percepções políticas e vínculos comunitários, conforme defende Patricia Hill Collins (2019, p. 52), ao afirmar que o conhecimento produzido por mulheres negras “parte da experiência vivida e da fala situada como forma legítima de produção de saber”.

Entre os dias 17 e 24 de outubro de 2025, as respostas recebidas no formulário evidenciaram a presença de uma rede diversa de mulheres negras reconhecidas por suas práticas, trajetórias e formas de atuação na cidade de Franca (SP). Os nomes mencionados revelam tanto figuras de destaque em espaços institucionais quanto mulheres cuja atuação comunitária e cultural mobiliza diferentes territórios

Entre elas, algumas apareceram com maior recorrência, indicando forte reconhecimento local: Tuanny Miller foi citada quatro vezes; Gabriela Sampaio, Drielle, Eliara Alves e Isa do Rosário foram citadas três vezes; Pâmela e Kelly Matias foram citadas duas vezes, sinalizando atuação constante e presença marcante.

As respostas também identificaram diversas lideranças e referências atuantes no município: Sandra Maria, Valéria Lopes Gomes, Paula Gualberto, Elisa Nascimento, Suerley, Helena, Maída, Fátima Claret, Marley Moraes, Katielle, Rutineia, Josiane Barbosa, Rosicler, Eveline, além das advogadas Dra. Hellen e Dra. Larissa. A presença dessas mulheres demonstra que a atuação política e comunitária das mulheres negras em Franca (SP) não se restringe às organizações formais, mas se manifesta de maneiras plurais, seja por práticas culturais, profissionais, religiosas, educativas ou comunitárias.

Esse aspecto dialoga com o conceito de “liderança orgânica” apresentado por Sueli Carneiro (2003), no qual mulheres negras se tornam referências em seus territórios não apenas por cargos formais, mas por sua atuação cotidiana, ética e comunitária. Também se aproxima das reflexões de bell hooks (2015), ao afirmar que práticas de cuidado, criação e resistência desenvolvidas por mulheres negras constituem formas fundamentais de intervenção política, ainda que muitas vezes não sejam reconhecidas institucionalmente.

As participantes informaram que esses Coletivos atuam tanto em toda a cidade, quanto em territórios específicos, especialmente nos bairros periféricos, como Jardim Ipanema, Leporace, City Petrópolis, Aeroporto, Vila Santa Terezinha e Vila São Sebastião. Essa territorialidade reforça, conforme aponta Beatriz Nascimento (2018), a dimensão política do território enquanto espaço de sobrevivência, organização e memória das populações negras. Nesse sentido, os feminismos negros em Franca (SP) demonstram forte enraizamento nas periferias, onde as dinâmicas de etnia-raça, gênero e classe social se manifestam de modo mais intenso.

Os contatos indicados pelas participantes mostram que a comunicação dos Coletivos ocorre majoritariamente por redes sociais, *WhatsApp* e contatos pessoais, caracterizando uma estrutura horizontal, baseada em vínculos e redes de solidariedade. Esse modelo de organização é coerente com o que Angela Davis (2016) descreve como formas comunitárias e colaborativas de resistência, fundamentais para Movimentos liderados por mulheres negras.

Isso demonstra que a atuação política das mulheres negras na cidade não se restringe às organizações, mas se manifesta de maneiras plurais, seja por práticas culturais, profissionais, religiosas, educativas ou comunitárias. Esse aspecto dialoga com o que bell hooks (2015) aponta ao afirmar que as práticas de criação e

resistências das mulheres negras são formas fundamentais de intervenção política, mesmo quando não são reconhecidas formalmente como tal.

As justificativas das participantes revelam sentidos fundamentais atribuídos aos Coletivos e lideranças citados: representatividade, luta política, acolhimento, fortalecimento da autoestima, apoio comunitário e resistência. Termos como: “base de apoio”, “me sinto representada”, “pensam no coletivo”, “lutam para que mulheres pretas não desistam” e “movimentam a cidade” foram recorrentes nas respostas. Tais elementos expressam dimensões centrais dos feminismos negros, conforme sintetiza Carla Akotirene (2019), ao afirmar que os feminismos negros são práticas que articulam denúncia das opressões e produção de alternativas coletivas para a vida das mulheres negras.

Assim, os dados coletados demonstram que os feminismos negros em Franca (SP) constituem um campo potente de organização política, cultural e comunitária. Os coletivos e lideranças mapeados revelam práticas de resistência que se materializam nas periferias, nas redes afetivas, na criação de espaços de cuidado e na atuação pública das mulheres negras da cidade. Apesar da falta de visibilidade institucional, tais iniciativas exercem papel central para o fortalecimento da identidade negra, para a promoção de direitos e para a construção de novas formas de participação social. O formulário, portanto, cumpriu seu papel ao tornar visível a presença, os territórios e a atuação das mulheres negras francanas, contribuindo para uma compreensão ampliada das dinâmicas dos feminismos negros no contexto local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar este Trabalho de Conclusão de Curso, torna-se evidente que este estudo se consolida como um marco significativo não apenas no campo acadêmico, mas também no campo político, social, cultural e afetivo relacionado às experiências de mulheres negras de Franca (SP). Trata-se de uma produção que atravessa a teoria e retorna constantemente para a vida concreta, para as narrativas, para os territórios e para as memórias, a fim de compreender como o feminismo negro emerge e se sustenta como instrumento de luta, sobrevivência e reexistência.

O percurso construído ao longo desta pesquisa demonstra que não é possível compreender a realidade social sem considerar a interseccionalidade entre etnia-raça, gênero e classe social, especialmente quando se trata da experiência de mulheres negras que, historicamente, foram e são fundamentais na estruturação da sociedade brasileira. Cada capítulo contribuiu para esta construção, oferecendo diferentes camadas de análise, crítica e sensibilidade, que juntas formam um mosaico robusto e profundamente humano.

Destaca-se a força teórica que fundamenta o estudo, especialmente a partir de autoras e autores que se tornaram referências incontornáveis no campo dos estudos decoloniais e feministas negros, como Lélia Gonzalez, bell hooks, Angela Davis, Abdias Nascimento e Conceição Evaristo. A articulação entre suas perspectivas e o território de Franca (SP) revela que os feminismos negros não surgem como Movimentos isolados ou importados, mas como expressões políticas e culturais que brotam do cotidiano das mulheres negras, em suas lutas e práticas de solidariedade. A análise histórica da Marcha das Mulheres Negras tanto de 2015 quanto a de 2025 reforça que a resistência negra feminina é contínua, profundamente articulada, e desafia constantemente as estruturas dos racismos, do patriarcado e do capitalismo.

Foi possível aprofundar a discussão sobre os fundamentos ético-políticos do Serviço Social, evidenciando que a profissão, quando orientada pelos princípios da justiça social, da equidade e dos direitos humanos, não apenas dialoga com os Movimentos Sociais, mas se compromete com eles. A organização das nove categorias de análise: etnia-raça, gênero, resistências, classe social, organização política, invisibilizações, ensurdecimentos, protagonismos e organização comunitária - mostra a complexidade da experiência das mulheres negras e permite compreender suas narrativas de forma ampliada e crítica. Aqui, observa-se como o Serviço Social pode ser ferramenta essencial para romper com estruturas de silenciamento e exclusão, ao

reconhecer as mulheres negras como sujeitas de direitos, de saberes e de transformações coletivas.

Contudo, é nas narrativas das mulheres entrevistadas que a pesquisa atinge seu ponto mais denso e emocionante. As vozes de Nina, Maria, Lírio e Maria Beatriz do Nascimento, se tornam o eixo central do trabalho, e os seus protagonismos revelam como os racismos se manifestam tanto de maneira explícita quanto sutil, atravessando instituições, comportamentos e percepções sobre os corpos negros. É impactante perceber como cada uma delas identifica momentos de violência simbólica e institucional, mas também aponta caminhos de cura e fortalecimento. As falas sobre cabelo, identidade étnico-racial, representatividade e pertencimento revelam processos complexos de tornar-se negra, como afirma Neusa Santos Souza (2021), que envolvem reconhecimento, ruptura com padrões de branqueamento e resgate da ancestralidade. Observa-se que a coletividade, os Movimentos negros e os espaços de troca entre mulheres constituem lugares fundamentais de acolhimento e fortalecimento de identidade, reforçando o papel dos feminismos negros como práticas políticas e afetivas de reconstrução.

Outro ponto marcante é a dimensão cultural apresentada pelas entrevistadas, que destacam a literatura infantil negra, o *rap*, as produções artísticas e o fortalecimento da representatividade como elementos formadores de subjetividade e autoestima. A presença de referências positivas negras, sejam artistas, escritoras, líderes comunitárias ou ativistas, demonstra o quanto a construção da identidade negra é influenciada pela visualidade, pela linguagem e pelo imaginário coletivo.

Sobre os feminismos negros em Franca (SP), o trabalho reafirma que a cidade é território vivo de resistência e ancestralidade. Ao recuperar trajetórias como as de Carolina Maria de Jesus, Carlos de Assumpção, Maria de Lourdes Vale e Abdias Nascimento, evidencia-se que o município não apenas abrigou figuras históricas importantes, mas também continua sendo espaço de produção intelectual e política negra. A cidade torna-se, portanto, mais do que cenário: torna-se agente e herança, um solo sobre o qual memórias ancestrais se misturam às lutas contemporâneas, alimentando práticas de reexistência cotidiana.

Ao refletir sobre todo o percurso da pesquisa, torna-se evidente que o feminismo negro é uma força que movimenta não apenas corpos e consciências, mas também territórios, redes, comunidades e afetos. Este estudo demonstra que as mulheres negras de Franca (SP) não apenas resistem: elas transformam. Transformam

realidades, transformam políticas, transformam subjetividades, transformam o próprio sentido de existir. Suas experiências se tornam epistemologias, seus cotidianos se tornam teorias, e seus afetos se tornam práticas de cuidado coletivo.

O Serviço Social, ao se aproximar dessas narrativas, reafirma seu compromisso ético-político com a equidade racial e com a construção de uma sociedade que reconheça e valorize a pluralidade das experiências humanas. Este trabalho, portanto, não se encerra aqui: ele se propaga na vida, nas práticas profissionais, nos territórios e nas futuras pesquisas que virão. Ele registra e legitima vozes que sempre existiram, mas que por muito tempo foram silenciadas. Ele devolve às mulheres negras aquilo que lhes foi negado: centralidade, dignidade, escuta e reconhecimento.

Que este estudo inspire outras produções, outras pesquisas e outras trajetórias que coloquem no centro as mulheres negras e suas reexistências. Que ele fortaleça a luta por um mundo onde a liberdade, a justiça e o bem viver não sejam privilégios, mas direitos inalienáveis de todas as pessoas.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Diretrizes Curriculares da ABEPSS para o Curso de Serviço Social.**

Brasília: ABEPSS, 1996. Disponível em:

https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf.

Acesso em 24 out. 2025.

AKOTIRENE, Carla. **Feminismos negros: interseccionalidade e resistência no Brasil.** São Paulo: Editora UNESP, 2019.

ASSUMPÇÃO, Carlos de. **Protesto e outros poemas.** São Paulo: Edição do autor, 1982.

ARAÚJO, Ayni Estevão. **Peço licença as minhas mais velhas: mulheres negras, agência política e ancestralidade, em São Paulo.** 2021. Tese (Doutorado em

Ciências Sociais) - Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2021. Disponível

em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/515c7bfb-1d81-4e00-81e1-a874f4e35370/content>. Acesso em 24 nov. 2025.

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser: o outro do outro.** In:

SILVA, Petronilha B.; PINTO, Lúcia (orgs.). Saberes e fazeres das mulheres negras.

São Paulo: Selo Negro, 2005. Disponível em:

<https://negrasoulblog.wordpress.com/wp-content/uploads/2016/04/a-construc3a7c3a3o-do-outro-como-nc3a3o-ser-como-fundamento-do-ser-sueli-carneiro-tese1.pdf>. Acesso

em 01 nov. 2025.

CARNEIRO, Sueli. **Mulheres em movimento.** Estudos Avançados, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 117-133, 2003. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ea/a/Zs869RQTMGGDj586JD7nr6k/?lang=pt>. Acesso em 12 out.

2025.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil.** São Paulo: Selo Negro, 2003.

CESARINO, Flávia Tortul. **Interseccionalidade e mulher negra: raça, classe, gênero e religião.** Sacrelegens, v. 17, n. 1, p. 127-150, 2020. Disponível em:

<https://periodicos.ufjf.br/index.php/sacrelegens/article/view/30794/20954>. Acesso em 12

nov. 2025.

CFESS. **Código de Ética do Assistente Social.** Brasília: CFESS, 1993.

CFESS. **CFESS Manifesta: Combate ao Racismo.** Brasília: CFESS, 2020. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/2020Cfess-LivroCampanhaCombateRacismo.pdf>.

Acesso em 16 nov. 2025.

CFESS. **Documento Orientador sobre Relações Étnico-Raciais e Serviço Social.**

Brasília: CFESS, 2016. Disponível em:

<https://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-Caderno03-Racismo-Site.pdf>. Acesso em: 15

out. 2025.

COLLINS, Patricia Hill. **Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment.** New York: Routledge, 2000. Disponível em:

<https://negrasoulblog.wordpress.com/wp-content/uploads/2016/04/patricia-hill-collins-black-feminist-thought.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2025.

COMBAHEE RIVER COLLECTIVE. **A Black Feminist Statement**. 1977.

Disponível em:

<https://www.blackpast.org/african-american-history/black-feminist-statement-1977/>.

Acesso em: 19 nov. 2025.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

EVARISTO, Conceição. Olhos D'Água. Rio de Janeiro: Pallas: Fundação Biblioteca Nacional, 2014.

EVARISTO, Conceição. Escrivências: a escrita de nós. Belo Horizonte: Mazza, 2007.

FREITAS, T. P. **Movimentos sociais e Serviço Social: debates fundamentais**.

Sociedade em Debate, v. 23, n. 2, p. 76-96, 2017. Disponível em:

<https://rrf.ucpel.edu.br/rsd/article/view/1532/1044>. Acesso em 18 nov. 2025.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

GONÇALVES, R. **Quando a questão racial é o nó da questão social**. Revista

Katálysis, v. 21, n. 3, p. 514–522, set. 2018. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rk/a/JGPd8LQgf3yWcxfRRWwjtFN/?format=html&lang=pt>.

Acesso em 26 nov. 2025.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. In: ANPOCS (org.).

Ciências Sociais Hoje. São Paulo: ANPOCS, 1984. p. 223-244. Disponível em:

<https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/10316>. Acesso em 28 out. 2025

GONZALEZ, Lélia. **A categoria político-cultural de amefricanidade**. Tempo

Brasileiro, n. 92/93, 1988. Disponível em:

<https://negrasoulblog.wordpress.com/wp-content/uploads/2016/04/a-categoria-polc3adti-co-cultural-de-amefricanidade-elia-gonzales1.pdf>. Acesso em 02 nov. 2025.

HOOKS, bell. **E eu não sou uma mulher?: mulheres negras e feminismo**. Tradução de Bhuvli Libânio. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

HOOKS, bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

IAMAMOTO, Marilda V.; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. São Paulo: Ática, 1960.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**.

Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LORDE, Audre. **Irmã Outsider: ensaios e conferências**. Tradução de Stephanie Borges. Rio de Janeiro: Autêntica, 2020.

LORDE, Audre. **I Am Your Sister: Black Women Organizing Across Sexualities**.

New York: Kitchen Table, 1984. Disponível em:

<https://zinnedproject.org/materials/i-am-your-sister/>. Acesso em: 19 nov. 2025.

LORDE, Audre. **Os usos da raiva: mulheres respondendo ao racismo**. In: Sister Outsider, 1981. Tradução: Portal Geledés, 2013. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/os-usos-da-raiva-mulheres-respondendo-ao-racismo/>
Acesso em: 11 out. 2025.

MOURA, Clóvis. **O racismo como arma ideológica de dominação**. Princípios, São Paulo, n. 34, 1994. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/download/69808/46835/230866>. Acesso em 15 nov. 2025.

MUNANGA, Kabengele. **Origem e histórico do quilombo na África**. Revista USP, n. 28, p. 56-63, 1996. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/issue/view/2154>. Acesso em: 26 out. 2025.

NASCIMENTO, Abdias do. **O Quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista**. Petrópolis: Vozes, 1980.

OLINTO, M. T. A.; OLINTO, B. A. **Raça e desigualdade entre as mulheres: um exemplo no sul do Brasil**. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 16, n. 4, p. 1137, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/t9WpGyYssMtbCNXfqqNCzbC/?format=html&lang=pt>. Acesso em 08 out. 2025.

RAIMUNDO. Valdenice José. Um olhar diaspórico sobre a experiência das feministas negras africanas: em busca de encontros e empoderamento. Revista Ártemis, vol. XXXII nº 1, jul-dez, 2021. p.236-254 (ISSN: 1807-8214). Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/artemis/article/view/61377/34659>. Acesso em 02 out. 2025.

RAUL, Jéssica Mara. **Mulheres negras e a luta pela igualdade: por um feminismo negro decolonial**. Estudos de Sociologia, Araraquara, v. 41, p. 291-302, jul./dez. 2016. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/8663>. Acesso em 11 nov. 2025.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** São Paulo: Pólen, 2017.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Epistemologies of the South**. Boulder: Paradigm, 2014. Disponível em: https://unescochair-cbrsr.org/pdf/resource/Epistemologies_of_the_South.pdf. Acesso em 15 nov. 2025.

SOJOURNER TRUTH. **Ain't I a Woman?**. 1851. Disponível em: <https://sourcebooks.fordham.edu/mod/sojourner.asp>. Acesso em: 25 out. 2025.

APÊNDICE A - ROTEIRO SEMIESTRUTURADO

1. Quais são os Movimentos e Coletivos feministas negros que você acha importante destacar para iniciarmos a entrevista?
2. Como e por que surgiram os Movimentos e Coletivos feministas negros na cidade de Franca (SP)?
3. Há visibilidade desses Movimentos e Coletivos perante a sociedade local? Por quê?
4. Quem são as pessoas que compõem esses Movimentos/Coletivos?
 - 4.1 Qual a classe social predominante?
 - 4.2 Quais são as profissões/ocupações dessas mulheres?
 - 4.3 Qual a faixa etária?
 - 4.4 De quais bairros ou regiões da cidade essas mulheres vêm?
 - 4.5 Qual a orientação sexual e/ou identidade de gênero?
 - 4.6 Qual a cor/raça autodeclarada?
 - 4.7 Qual o nível de escolaridade?
 - 4.8 São mães?
 - 4.9 Qual o estado civil?

(Exemplos: mães, estudantes, mulheres da periferia, adolescentes, jovens, adultas, idosas, etc.)
5. Nesses Coletivos existem mulheres que estão na liderança? Quem são elas e como chegaram a esse lugar?
6. Como são tomadas as decisões nesses Coletivos?
7. O grupo é aberto a todas as mulheres? E as reuniões também são abertas?
8. Quais são os dias e horários das reuniões?
9. Os locais de encontro são acessíveis geograficamente e arquitetonicamente?
10. Vocês conseguem dar visibilidade às ações e reuniões dos Coletivos por meio de publicidade ou redes sociais?
11. Quais são as pautas que esses Movimentos e Coletivos reivindicam?
12. Quais são as ações que esses Coletivos realizam?
13. Os Movimentos e Coletivos feministas negros da cidade dialogam com as políticas sociais? De que maneira?
14. As mulheres negras da periferia conseguem acessar esses Movimentos?

Quais são os desafios para que os Coletivos consigam dialogar com essas mulheres?
15. Quais são os principais desafios enfrentados por esses Movimentos e Coletivos feministas negros atualmente?

16. Você acredita que mulheres negras em situação de maior vulnerabilidade (como analfabetas, catadoras de material reciclável, mulheres com deficiência visual, auditiva, idosas, etc.) conseguem acessar e participar desses Movimentos/Coletivos?

APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO GOOGLE FORMS

Mapeamento de Movimentos, Coletivos e Lideranças de mulheres negras da cidade de Franca(SP)

Este formulário tem como objetivo identificar os Movimentos e Coletivos de mulheres negras atuantes na cidade de Franca (SP), assim como mulheres negras que exercem liderança em comunidades e grupos locais.

A partir do desenvolvimento de um trabalho acadêmico sobre Movimentos Sociais, surgiu a necessidade de aprofundar o entendimento sobre os Movimentos Feministas Negros em Franca (SP), que ainda são pouco visibilizados e divulgados, apesar de tratarem de pautas fundamentais para as relações sociais, de gênero e de classe dentro da comunidade negra feminina da cidade.

Esse questionamento e interesse se transformaram no tema de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) cujo objetivo é contribuir para a valorização dessas iniciativas e o fortalecimento de suas vozes.

Questões:

1. Declaro ter sido devidamente informada(o) sobre a pesquisa “MULHERES NEGRAS EM MOVIMENTO: entre raízes ancestrais e afetos que fortalecem os Feminismos Negros em Franca (SP)”, autorizando o uso do material para fins acadêmicos (TCC), com garantia de sigilo, ética e descrição.

() Sim

() Não

2. Cite os nomes de Movimentos/Coletivos Feministas Negros da cidade de Franca (SP) que você conhece.
3. Cite os bairros da cidade de Franca (SP) em que esses Movimentos/Coletivos Feministas atuam.
4. Você tem um contato desses Movimentos/Coletivos (Telefone, e-mail, Redes Sociais)? Se sim, quais são?
5. Cite nomes de mulheres negras que lideram esses Coletivos francanos.
6. Cite o nome de outras mulheres negras que não participam desses Coletivos e Movimentos, mas são atuantes e referências na cidade de Franca (SP).
7. Por que você indicou esses Movimentos/Coletivos, ou essa pessoa?

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Mulheres Negras em Movimento: Feminismos Negros em ação na cidade de Franca (SP)

Pesquisador: ROSICLER LEMOS DA SILVA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 90530925.8.0000.5408

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JULIO DE MESQUITA FILHO

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 7.802.026

Apresentação do Projeto:

O estudo pretende debater os feminismos negros existentes da cidade de Franca (SP). O tema é pertinente e relevante.

Objetivo da Pesquisa:

O projeto se propõe a "Compreender a atuação e a importância dos Movimentos e Coletivos Feministas Negros na cidade de Franca (SP) a partir da intersecção de classe, etnia-raça e gênero". Os objetivos específicos são os seguintes:

- "1. Identificar coletivos, organizações e lideranças dos Movimentos Feministas Negros atuantes em Franca (SP), evidenciando suas histórias e formas de mobilização;
2. Refletir sobre a visibilidade e o reconhecimento social dos Movimentos Feministas Negros em Franca, considerando os desafios enfrentados para sua consolidação no cenário local, em especial para a promoção da equidade étnico-racial, de gênero e de classe social;
3. Analisar como as ações realizadas por esses Movimentos e Coletivos contribuem com a comunidade".

Os objetivos estão bem delimitados para um trabalho de graduação e deverá oferecer relacionado a este nível de formação.

Endereço: Av. Eufrasia Monteiro Petraglia, 900 bloco I sala 16

Bairro: Jd. Antonio Petraglia

CEP: 14.409-160

UF: SP

Município: FRANCA

Telefone: (16)3706-8723

Fax: (16)3706-8806

E-mail: comiteetica.franca@unesp.br

Continuação do Parecer: 7.802.026

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os riscos foram previstos. Estão implícitas no projeto a forma de lidar com eles. Igualmente está prevista a devolução dos resultados do estudo.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A proposta metodológica do estudo prioriza o estudo bibliográfico, a realização de entrevistas com mulhres negras do coletivos feministas negros de Franca-SP e um formulário-questionário, no formato de Google Forms, respondido por grupos de movimentos e coletivos negros, ou diretamente por seus integrantes. Não há necessidade de autorização [ara a realização das pesquisas uma vez que ela trabalhará os coletivos negros envolvendo opniões de seus militantes.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Estão corretos.

Recomendações:

Sem recomendações éticas.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Sem pendências. Recomendação-lembrete: prever o TCLE também para os formulários enviados e respondidos por meio do Google Forms.

Considerações Finais a critério do CEP:

Sem pendências. Recomendação/lembrete: prever o TCLE também para os formulários enviados e respondidos por meio do Google Forms. Parecer provado ad referendum do colegiado pelo coordenador deste Comitê de Ética.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2598524.pdf	17/07/2025 12:37:19		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_MARIA_CAROLINAassinadoassinado_.pdf	17/07/2025 12:33:01	MARIA CAROLINA DE ANDRADE OLIVEIRA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Mulheres_Negras_em_Movimento.pdf	17/07/2025 12:31:57	MARIA CAROLINA DE ANDRADE OLIVEIRA	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_Rosto_Maria_Carolina.pdf	17/07/2025	MARIA CAROLINA	Aceito

Endereço: Av. Eufrasia Monteiro Petraglia, 900 bloco I sala 16

Bairro: Jd. Antonio Petraglia

CEP: 14.409-160

UF: SP

Município: FRANCA

Telefone: (16)3706-8723

Fax: (16)3706-8806

E-mail: comiteetica.franca@unesp.br

FACULDADE DE CIÊNCIAS
HUMANAS E SOCIAIS DA
UNESP-CAMPUS FRANCA



Continuação do Parecer: 7.802.026

Folha de Rosto	Folha_de_Rosto_Maria_Carolina.pdf	12:23:17	DE ANDRADE OLIVEIRA	Aceito
----------------	-----------------------------------	----------	------------------------	--------

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

FRANCA, 28 de Agosto de 2025

Assinado por:
José Fernando Siqueira da Silva
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Eufrasia Monteiro Petraglia, 900 bloco I sala 16
Bairro: Jd. Antonio Petraglia **CEP:** 14.409-160
UF: SP **Município:** FRANCA
Telefone: (16)3706-8723 **Fax:** (16)3706-8806 **E-mail:** comiteetica.franca@unesp.br

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

NOME DO PARTICIPANTE: _____

DATA DE NASCIMENTO: ____/____/____ IDADE: ____

DOCUMENTO DE IDENTIDADE: TIPO: ____ Nº ____ GÊNERO: M () F ()

ENDEREÇO: _____

BAIRRO: _____ CIDADE: _____ ESTADO: _____

CEP: _____ FONE: _____

Eu, _____,

declaro para os devidos fins, ter sido informado verbalmente e por escrito, de forma suficiente a respeito da pesquisa: **Mulheres Negras em Movimento: Feminismos Negros em ação na cidade de Franca (SP)**. O projeto de pesquisa será conduzido por **Maria Carolina de Andrade Oliveira**, do Curso de Graduação em Serviço Social, orientado pela Profa. Dra. **Rosicler Lemos da Silva**, pertencente ao quadro docente da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais/UNESP/C.Franca. Estou ciente de que este material será utilizado para apresentação de: Trabalho de Conclusão de Curso, observando os princípios éticos da pesquisa científica e seguindo procedimentos de sigilo e discrição. O objetivo desta pesquisa é principalmente compreender a atuação e a importância dos Movimentos e Coletivos Feministas Negros na cidade de Franca (SP) a partir da intersecção de classe, etnia-raça e gênero. Fui esclarecido sobre os propósitos da pesquisa, os procedimentos que serão utilizados e riscos e a garantia do anonimato e de esclarecimentos constantes, além de ter o meu direito assegurado de interromper a minha participação no momento que achar necessário.

Franca, de de .

Documento assinado digitalmente
 **ROSICLER LEMOS DA SILVA**
Data: 17/07/2025 11:51:19-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura do participante

_____(assinatura)_____

Pesquisador Responsável/RG: 30.275.905-0

Profa. Dra. Rosicler Lemos da Silva

Endereço: R. Wilson Abrão Elias, 690 - Paulistano II Franca SP CEP 14402-474

Tel: (16) 99165-3479

E-mail: rosicler.silva@unesp.br

Documento assinado digitalmente
 **MARIA CAROLINA DE ANDRADE OLIVEIRA**
Data: 17/07/2025 11:54:46-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

_____(assinatura)_____

Pesquisador Participante/RG: 60.304.227-2

Nome: Maria Carolina de Andrade Oliveira

Endereço: R. Fortaleza, 1000 – Jardim Brasilândia I Franca SP CEP: 14402268

Tel: (16) 98856-5866

E-mail: maria.ca.oliveira@unesp.br

Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - Unesp - Campus de Franca
Av. Eufrásia Monteiro Petraglia, 900 - Jd. Dr. Antônio Petraglia - CP 211. CEP: 14409-160 - FRANCA - SP
Telefone: (16) 3706-8723 - Fax: (16) 3706-8724 - E-mail: comiteetica@franca.unesp.br